

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG ROBSON NEVES FERNANDES

UNASUL: ANÁLISE E PERSPECTIVAS PARA A POLÍTICA DE DEFESA BRASILEIRA.

As influências da UNASUL na política de defesa brasileira, com ênfase para os campos militar e científico-tecnológico.

Rio de Janeiro

CMG ROBSON NEVES FERNANDES

UNASUL: ANÁLISE E PERSPECTIVAS PARA A POLÍTICA DE DEFESA BRASILEIRA.

As influências da UNASUL na política de defesa brasileira, com ênfase para os campos militar e científico-tecnológico.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Nelson R. Calmon
Bahia

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

RESUMO

Desde meados do século XX, a América do Sul procura por mecanismos bilaterais ou multinacionais para superar barreiras políticas, econômicas e sociais a fim de promover a sua integração. Os resultados práticos dessas iniciativas têm sido historicamente limitados por empecilhos de ordem física, ideológica e institucional. A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) foi criada por iniciativa do Brasil com intuito de alcançar maior independência, cooperação e estabilidade regional. O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) busca ser um organismo consultivo de coordenação e cooperação em temas de defesa, proporcionando maior confiança e integração entre os países sul-americanos e também favorece a capacidade coletiva de dissuasão contra possíveis ameaças extrarregionais. O governo brasileiro através de sua Política Nacional de Defesa (PND) estabeleceu objetivos a serem alcançados, e menciona que a integração regional não somente contribui para a defesa do Brasil, como incentiva a cooperação militar e a integração das bases industriais de defesa a nível regional, que por sua vez, afasta a possibilidade de conflitos dentro da região e juntos os países, avançam rumo à construção da unidade sul-americana. O propósito deste estudo é analisar as possibilidades e desafios a serem ultrapassados no contexto da América do Sul, nos campos militar e da ciência-tecnologia, que uma vez delineados e contornados possam influenciar na política de defesa brasileira, e contribuir para integração regional dos países sul-americanos, afastando cada vez mais a possibilidade de ocorrência de litígios na nossa região. Para tal, buscar-se-á identificar quais são os reflexos da UNASUL, com ênfase nos campos militar e científico-tecnológico na política de defesa brasileira, que contribuem para a Segurança e a Defesa Nacional, cooperação entre os países sul-americanos e fortalecimento da integração regional. O propósito do estudo será alcançado por meio de busca e investigação de fontes primárias, pesquisa bibliográfica, interpretação de dados coletados e análise comparativa e qualitativa. Ao final, a conclusão do trabalho, destacando-se as influências da UNASUL na política de defesa brasileira, com ênfase para os campos militar e científico-tecnológico.

Palavras-chave: América do Sul. União de Nações Sul-Americanas. Conselho de Defesa Sul-Americano. Política Nacional de Defesa. Desenvolvimento militar e científico-tecnológico. Cooperação. Integração Regional.

ABSTRACT

Since the mid-twentieth century, South America looks for bilateral or multinational mechanisms to overcome political, economic and social barriers in order to promote their integration. The practical results of these initiatives have historically been limited by obstacles of a physical, ideological and institutional. The Union of South American Nations (USAN) was created at the initiative of Brazil in order to achieve greater independence, cooperation and regional stability. The South American Defense Council (SDC) aims to be an advisory body for coordination and cooperation on defense issues, providing better reliability and integration among South American countries and also favors the collective capacity of deterrence against possible extra-regional threats. The Brazilian government through its National Defense Policy (NDP) has established objectives to be achieved, and mentions that regional integration not only contributes to the defense of Brazil, as encouraging military cooperation and the integration of the defense industrial base at regional level which in turn removes the possibility of conflicts within the region and together the countries move towards the construction of the South American unity. The purpose of this study is to analyze the possibilities and challenges to be overcome in the context of South America, in military camps and science-technology, once designed and contoured may influence the Brazilian defense policy, and contribute to regional integration of countries South Americans, diverging from the possibility of disputes in our region. To do this, pick up will identify which are the reflections of USAN, with emphasis on military and scientific and technological fields in the Brazilian defense policy, which contribute to security and national defense, cooperation between South American countries and strengthening integration regional. The purpose of the study will be achieved through search and research of primary sources, literature, interpretation of collected data and comparative and qualitative analysis. Finally, completion of the work highlighting the influences of USAN in the Brazilian defense policy, with emphasis on the military and scientific and technological fields.

Keywords: South American. Union of South American Nations. South American Defense Council. National Defence Policy. Military and scientific and technological development. Cooperation. Regional integration.

AGRADECIMENTOS

À minha querida esposa e filho que viram este trabalho nascer, agradeço pelas seguidas demonstrações de amor, compreensão e apoio incondicional.

Ao meu orientador, Ilustríssimo Senhor Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Nelson Ricardo Calmon Bahia, que proporcionou a liberdade necessária à busca de ideias sem cerceamentos, por isso, registro aqui o meu muito obrigado. Ainda, agradeço pela disponibilidade, profissionalismo e incentivo ao longo do desenvolvimento do trabalho.

À todos os Professores, Instrutores e Palestrantes que tive durante a trajetória transcorrida para chegar até aqui, sou muito grato, muito me ensinaram com os seus exemplos e orientações.

Agradeço, por fim, à Escola de Guerra Naval pela oportunidade de reforçar antigos laços e fazer novas amizades no C-PEM/2015.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACC	Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABIMDE	Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALCA	Associação de Livre Comércio das Américas
ALCOPAZ	Associação de Centros Conjuntos de Treinamento para Operações de Paz
API	Agenda de Projetos Prioritários de Integração
BID	Base Industrial de Defesa
CAMAS	Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul
CAN	Comunidade Andina
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEED	Centro de Estudos Estratégicos de Defesa
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
COMDABRA	Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
CRS	Complexo Regional de Segurança
EED	Empresas Estratégicas de Defesa
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra

ESUDE	Escola Sul-Americana de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
IAPTC	<i>International Association for Peace Training Centers</i>
ICT	Instituição de Ciência e Tecnologia
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IPC	Instituto Pandiá Calógeras
ISAGS	Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde
JID	Junta Interamericana de Defesa
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD	Ministério da Defesa
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NAFTA	<i>North American Free Trade Agreement</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEI	Organização dos Estados Iberoamericanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAED	Programa de Articulação e Equipamento de Defesa
PED	Produtos Estratégicos de Defesa
PIB	Produto Interno Bruto

PND	Política Nacional de Defesa
PNID	Política Nacional de Indústria de Defesa
PRODE	Produto de Defesa
RPT	Regime de Preferências Tarifárias
SGP	Sistema Geral de Preferências
SINDE	Sistema de Inteligência de Defesa
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISCEAB	Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
SISDABRA	Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
TEC	Tarifa Externa Comum
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TLC	Tratado de Livre Comércio
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA.....	15
2.1	Aspectos essenciais para integração.....	15
2.2	Mecanismos de integração regional após a 2ª Guerra Mundial.....	17
2.3	Os desafios para integração sul-americana.....	21
2.4	Vantagens e desvantagens na integração regional.....	26
2.5	Ameaças à integração dos países sul-americanos.....	27
2.6	A teoria dos Complexos Regionais de Segurança e seus reflexos na América do Sul.....	29
2.7	A importância do Brasil para a integração regional.....	31
3	A CONSOLIDAÇÃO DA UNASUL.....	35
3.1	Os mecanismos de consolidação econômica sul-americanos (CAN e MERCOSUL)	35
3.2	A UNASUL e a atuação dos seus conselhos consultivos no fortalecimento regional.....	41
3.3	Os reflexos do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) na América do Sul.....	48
3.4	As influências de potências mundiais na consolidação regional (Estados Unidos da América - EUA e China).....	54
4	A UNASUL E SUAS INFLUÊNCIAS NA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, COM ÊNFASE PARA OS CAMPOS MILITAR E CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO.....	60
4.1	A importância da PND para o desenvolvimento brasileiro.....	60
4.2	A PND e seus avanços nos campos militar e científico-tecnológico.....	66

4.3	A UNASUL e seus avanços nos campos militar e científico-tecnológico.....	75
4.4	A importância da UNASUL para complementariedade de capacitações para o BRASIL.....	80
5	CONCLUSÃO.....	84
	REFERÊNCIAS.....	87
	APÊNDICE.....	95

1 INTRODUÇÃO

A América do Sul é constituída pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Venezuela e Uruguai, além do território ultramarino da Guiana Francesa. Possui riquezas naturais como minérios, biodiversidade e água doce e a sua importância no âmbito global é incontestável.

Desde o final da 2ª Guerra Mundial (1939–1945), o subcontinente procura por mecanismos bilaterais ou multinacionais para superar barreiras políticas, econômicas e sociais, a fim de promover a sua integração. Os resultados práticos dessas iniciativas têm sido historicamente limitados por empecilhos de ordem física, ideológica e institucional.

A integração física da América do Sul apresenta fatores de dificuldade que remontam à sua base territorial, como a existência de grandes obstáculos naturais, os Andes e a floresta amazônica, o que determinou a separação dos povos, normalmente dispostos, desde a sua colonização, ao longo das faixas litorâneas, voltados para o Atlântico e o Pacífico.

Iniciativas de integração regional têm sido conduzidas, como a criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). No entanto, há dificuldades para a sua efetiva implantação e a concretização dos objetivos propostos.

A integração dos 12 países sul-americanos, nos aspectos políticos, psicossocial, econômico, militar e científico-tecnológico, é um vetor fundamental dentro da perspectiva de construção de boas relações entre os países, do desenvolvimento conjunto e na redução das assimetrias entre os Estados.

A área de defesa também se sobressai, no contexto do estreitamento dos laços entre os países da América do Sul, como importante foco de atuação. Busca-se promover a cooperação entre os países sul-americanos, visando à construção de uma visão compartilhada na matéria de

segurança regional, integração das indústrias nacionais de defesa e o fortalecimento das medidas de fomento à confiança.

A criação da UNASUL, conforme descrito pelo Ministério das Relações Exteriores – MRE (2015a):

Até 2008, a América do Sul se relacionava com o resto do mundo por meio de um modelo do tipo "arquipélago": cada país atuava de maneira isolada e desintegrada, dialogando primordialmente com os países desenvolvidos de fora da região. Quando do estabelecimento da UNASUL, os países da região passaram a articular-se em torno de áreas estruturantes, como energia e infraestrutura, e a coordenar posições políticas. A UNASUL privilegia um modelo de "desenvolvimento para dentro" na América do Sul – complementando, dessa forma, o antigo modelo de "desenvolvimento para fora" (BRASIL, MRE, 2015a).

Nesse contexto, constata-se nas afirmações de Nye (2012, p.20) que apontam para as distâncias físicas, barreiras naturais que separam os Estados, e para a falta de comunicação que acarretam, naturalmente, em desconfiança mútua entre esses países, impulsionando cada qual a relacionar-se com aqueles países que melhor lhe convierem.

No processo de integração proposto pela UNASUL, foram estruturados 12 conselhos com finalidades específicas, dentre eles o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), em um novo contexto geopolítico, busca ser um organismo consultivo de coordenação e cooperação em temas de defesa, proporcionando um peso específico maior que a totalidade dos países e relativa participação no cenário internacional.

Para Wagner (2015, p.3) a integração no nível regional permite maior intimidade com os países do entorno estratégico e em muito favorecerá nossa capacidade coletiva de dissuasão contra possíveis ameaças vindas de fora.

No âmbito do Ministério da Defesa (MD), a Política Nacional de Defesa - PND (2012, p. 11, 13 e 18) menciona que:

A PND é o documento de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional. [...] a defesa do País é inseparável do seu desenvolvimento [...] e de que esta é um dever de todos os brasileiros [...] gradualmente, ampliou-se o conceito de segurança, abrangendo os campos político, militar, econômico, psicossocial, científico-tecnológico, ambiental e outros (BRASIL, 2012, p. 11, 13 e 18).

Dessa forma, Wagner (2015, p.2) avalia que é fundamental continuar a ampliar a cooperação com os países do nosso entorno estratégico. A importância que o Brasil atribui à América do Sul é uma realidade não apenas de nossa política externa, mas também de nossa política de defesa.

A PND (2012, p.18 e 22) menciona que a nova ordem internacional, caracterizada por desbalanceamento de poder¹, induz tensões e instabilidades prejudiciais à paz. A existência de zonas de instabilidade e de ilícitos transnacionais pode provocar o transbordamento de conflitos² para outros países sul-americanos. Por sua vez, a situação geopolítica³ do Brasil é importante no sentido da promoção do desenvolvimento integrado da América do Sul, que se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais. Ainda, destaca a importância da ampliação, a modernização e a interligação da infraestrutura na América do Sul, que pode concretizar a ligação entre seus centros produtivos e os dois oceanos, facilitando o desenvolvimento e a integração.

De forma a delinear os objetivos traçados na PND, o MD sintetiza em sua Estratégia Nacional de Defesa – END (2012, p.58 e 61) que a integração regional não somente contribui para a defesa do Brasil, como fomenta a cooperação militar e a integração das bases industriais de defesa a nível regional, e consequentemente, afasta a possibilidade de conflitos dentro da região e juntos os países, avançam rumo à construção da unidade sul-americana.

Assim sendo, o propósito deste estudo é analisar as possibilidades e desafios a serem ultrapassados no contexto da América do Sul, nos campos militar e da ciência-tecnologia, que uma vez delineados e contornados possam influenciar na PND, e contribuir para integração

¹ Segundo Bertonha (2011, p.181), é a capacidade de forçar o outro a cumprir os nossos objetivos, em detrimento dos seus próprios, seja pela força, pela cooptação ou pelo convencimento.

² Na visão de Freund (1995, p.58) o conflito consiste em um enfrentamento por choque intencional, entre dois seres, ou grupos, de uma mesma espécie, que reciprocamente manifestam uma intenção hostil, geralmente em torno de um direito, a fim de manter, afirmar ou de restabelecer este direito, superando a oposição do outro pelo eventual recurso à violência, que pode, conforme o caso, tender ao aniquilamento físico do oponente.

³ De acordo com Mattos (1975, p.V) é a arte de aplicar a política aos espaços geográficos.

regional dos países sul-americanos, afastando cada vez mais a possibilidade de ocorrência de litígios na nossa região.

Para tal, buscar-se-á identificar quais são os reflexos da UNASUL, com ênfase nos campos militar e científico-tecnológico na PND, que contribuem para Segurança e Defesa Nacional, cooperação entre os países sul-americanos e fortalecimento da integração regional.

O propósito do estudo será alcançado por meio de busca e investigação de fontes primárias, pesquisa bibliográfica, interpretação de dados coletados e análise comparativa e qualitativa. Nesse sentido, este trabalho está baseado em cinco capítulos, sendo que a introdução é o primeiro, e que ora se conduz.

No segundo capítulo, será apresentada uma visão da integração sul-americana, destacando-se os aspectos essenciais e os mecanismos utilizados para integração após 2ª Guerra Mundial; assim como serão verificados os desafios, as vantagens e desvantagens, e ameaças à integração regional, e na sequência, analisada a teoria dos Complexos Regionais de Segurança na América do Sul e da importância do Brasil no contexto regional.

O terceiro capítulo discorrerá sobre a consolidação da UNASUL, destacando-se os mecanismos de consolidação econômica regionais (Comunidade Andina - CAN e Mercado Comum do Sul - MERCOSUL), a atuação dos conselhos consultivos, e por fim, tratará de uma análise das influências de potências mundiais (EUA e China) na consolidação regional.

O capítulo quatro, de posse dos conhecimentos apresentados nos capítulos precedentes, de uma forma abrangente, vai analisar a importância da UNASUL para o Brasil, demais países sul-americanos e no contexto internacional.

Por fim, no quinto capítulo será apresentada uma conclusão do trabalho, destacando-se as influências da UNASUL na política de defesa brasileira, com ênfase para os campos militar e científico-tecnológico.

2 A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Neste capítulo, serão apresentados aspectos fundamentais e mecanismos para consolidação da integração, os desafios a serem enfrentados no processo de integração, bem como, suas vantagens e desvantagens. Como contraponto, serão listadas as ameaças à integração, que de certa forma abordará a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança na América do Sul. Por fim, será evidenciada a importância do Brasil para a integração regional.

2.1 Aspectos essenciais para integração

Para Deutsch (1969, p. 96) integração regional é definida como:

[...] um relacionamento entre partes componentes, nas quais elas são mutuamente interdependentes e, conjuntamente, produzem propriedades do sistema que, como partes, não teriam. [...] a integração regional é um acordo formal e escrito entre duas ou mais unidades políticas que objetiva o intercâmbio, a cooperação ou a interligação física, política, econômica ou cultural (DEUTSCH, 1969, p. 96).

Assim sendo, a cooperação e a integração priorizam o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outras, com objetivo de manter a paz e a segurança, reduzir desigualdades, alcançar a inclusão social e a participação do cidadão e fortalecer a democracia no marco do fortalecimento da soberania⁴ dos Estados. Os processos de cooperação e integração, os ganhos e os avanços ocorrem em grande parte, em função das políticas e das estratégias⁵ de desenvolvimento de médio e longo prazo, adotadas por cada país, incluídos os aspectos militar e científico-tecnológico.

⁴ A soberania é o primeiro fundamento citado no art. 1º da Constituição Federal brasileira. Segundo Rousseau (2002, p.56), a soberania é inalienável e indivisível. A soberania não pode ser representada pela mesma razão que não pode ser alienada; consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade não se representa: ou é a mesma, ou é outra não existe meio-termo. Deve ser exercida pela vontade geral e ser preservada em nome das futuras gerações e da prosperidade do País.

⁵ Para Brick (2014, p.14) estratégia é a ciência e a arte de desenvolver, sustentar e utilizar o poder de uma unidade política ou coligação, a fim de se alcançarem objetivos políticos considerados vitais e que suscitam ou podem suscitar, a oposição e a hostilidade de outra(s) unidade(s) política(s).

Nesse contexto, a PND (2012, p.17) aborda que o fenômeno da globalização⁶, baseado na interdependência⁷ cada vez maior entre os países, pela revolução tecnológica e pelo aumento do comércio internacional e dos fluxos de capitais, possibilitou avanços de toda a ordem para uma parcela da humanidade. Em consonância, a formação de blocos regionais tem estimulado a concorrência entre aglomerados de países.

Como aspectos essenciais para integração, destaca Nye (2011, p.31) o respeito à soberania e a integralidade dos Estados, que por sua vez, estão relacionados com o respeito aos cidadãos, tendo importância para uma vida integrada. De forma semelhante, Nye (2011, p.20) menciona também como requisito indispensável, a comunicação interestatal, que naturalmente propicia uma sensação de confiança e conhecimento mútuo.

Um outro aspecto a considerar para a integração, na visão de Caetano (2009, p. 158) seria a afinidade ideológica entre os Estados como uma ferramenta de transformação no processo de integração. Deve-se atentar para que haja coesão nos interesses nacionalistas, para suportar os sacrifícios para a ação integracionista, que exigirá compromissos institucionais inerentes entre Estados democráticos.

Para Araújo (2014) a integração será possível, à medida que a interligação física e energética entre os Estados for ocorrendo, o que certamente propiciará um alinhamento político.

Assim, não restam dúvidas de que para ocorrer uma coesão regional, faz-se necessária uma série de transformações e alinhamentos de toda ordem: político, econômico, social, infraestrutura e outros. Não menos importante, é a vontade dos países em cooperar, e ao mesmo tempo, ceder por ocasião dos impasses conflitantes, e do respeito à soberania e da troca de informações.

⁶ Na visão de Mello (1999, p.165) o processo de globalização é caracterizado pela intensa mudança estrutural da economia internacional, com o peso crescente de transações e conexões organizacionais que ultrapassam a fronteira dos Estados.

⁷ Segundo Nye (2011, p.225) interdependência significa dependência mútua.

2.2 Os mecanismos de integração regional após a 2ª Guerra Mundial

Apesar do processo de integração da América do Sul ser tão antiga quanto a que ocorreu na Europa, pois ambos se originaram de maneira mais vibrante após a Segunda Guerra Mundial, os resultados são claramente distintos. Desde meados do século XX, surgiu um grande número de instituições que visavam de alguma forma integrar os países sul-americanos, cada uma com sua sigla correspondente.

Para Araújo (2014) as experiências na formatação de um sistema de segurança e defesa no continente americano, desde o início e após a Segunda Guerra Mundial, contou com alguns mecanismos de integração. Em 1942, surge a Junta Interamericana de Defesa (JID) para lidar contra as ameaças de natureza militar e preparar os países para a defesa do continente, mediante a realização de estudos e estabelecimento de medidas de proteção. A seguir em 1947, se firma um pacto de defesa mútua interamericano, denominado Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que visa proteger o continente e que estabelece que: “cada ataque de um Estado contra a integridade territorial, ou contra a soberania ou independência política de um determinado Estado no continente, será considerado como um ato de agressão contra todos os Estados signatários do tratado”. Pouco tempo depois, em 1948, é fundada a Organização dos Estados Americanos (OEA) como o primeiro organismo regional. Neste mesmo ano, se aprovou um tratado americano para soluções pacíficas, conhecido como “Pacto de Bogotá”, que impulsiona todos os signatários a resolverem as controvérsias por meios pacíficos.

Segundo Araújo (2014), a integração em defesa e segurança é dificultada pelos seguintes motivos: o continente americano após o conflito mundial não visualizava uma ameaça que exigisse uma resposta coletiva, a escassa mentalidade para defesa e segurança, as diferenças políticas, os conflitos fronteiriços existentes, que por sua vez, inibem o fortalecimento da confiança mútua e a escassez de recursos, dificultam os investimentos em defesa.

Ao findar da primeira metade do século XX, a Europa era uma frente decisiva da Guerra Fria, como prova da importância que alcançou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). É verdade que, após a Revolução Cubana e a crise dos mísseis de Cuba, o peso de assuntos hemisféricos foi sentido e deu à região um papel inimaginável na política externa americana. Portanto, vale a pena mencionar as experiências opostas que representaram a OTAN e o TIAR. Ambos surgiram quase ao mesmo tempo e no contexto da Guerra Fria, as duas instituições produziram resultados diferentes: a OTAN ajudou a dar um impulso no crescimento, e criar o Estado social europeu, enquanto o TIAR não conseguiu os mesmos frutos, em grande parte, devido à profunda desconfiança anti-norte-americana existente na América Latina.

Observa-se uma certa desatenção dos EUA em relação ao TIAR, a medida em que este País, em sua Estratégia para o Poder Marítimo do século XXI (2015, p.6) menciona:

Em toda a América do Norte e Europa a OTAN continua a ser a aliança mais poderosa e a peça-chave da segurança transatlântica (EUA, 2015, p.6).

Na visão de Villaruel (2014, p.5) o TIAR era para justificar o intervencionismo e o uso da força norte-americana contra países de ideologias socialistas ou nacionalistas. E para Pesce (2011, p.67), o Tratado pode ser considerado um instrumento pouco eficaz, com inexpressivas ações no sentido da segurança coletiva⁸ no continente americano.

Em relação à grandeza dos recursos naturais e de suas potencialidades, Taiana (2014) menciona que os países possuem recursos estratégicos expressivos e que não podem ser desconsiderados no contexto mundial. A América do Sul é a quarta economia mundial, e possui superfície superior a 18,7 milhões de Km² para uma população de 397 milhões de habitantes. As reservas de água doce possuem 29% da encontrada no mundo e sua superfície florestal está em torno de 8 milhões de Km². A região é a primeira produtora e exportadora de alimentos

⁸ Segundo o Glossário das Forças Armadas (2007, p.235) sentimento de garantia da preservação dos interesses comuns de um grupo de países, contra um agressor ou uma coalizão de agressores.

mundial, sua produção energética é baseada em hidrelétricas e outras fontes renováveis, e possui reservas de hidrocarbonetos. O subcontinente está entre os dois principais oceanos e a população fala um dos dois idiomas praticados na região e compartilham de valores e histórias comuns.

A importância dos recursos naturais, segundo Vera (2013, p.35), em breve no contexto internacional, a água doce se constituirá, em um fator de poder, podendo afetar o sistema internacional⁹ nas relações de poder entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A primeira tentativa de formação de um bloco sul-americano, segundo Goulart (2014) se deu em 1960, com o Tratado de Montevideu, que criava a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC¹⁰) e estabelecia uma zona de livre comércio¹¹, em um prazo de 12 anos. Diante do fracasso da iniciativa, em 1980, procedeu-se à reformulação do tratado constitutivo¹², instituindo a ALADI, presente até hoje, com os fins da antiga organização.

Com o ideal de estabelecimento de um bloco para integração ambiental, Dorfler (2014) menciona o Tratado de Cooperação Amazônica¹³ (TCA), assinado em julho de 1978. Este ordenamento reconhece a natureza transfronteiriça da Amazônia, sendo estabelecido com a finalidade de cooperação e intercâmbio de informações, visando o desenvolvimento socioeconômico dos respectivos territórios amazônicos.

O sucesso na securitização¹⁴ interna dos debates amazônicos em cada país da OTCA, a partir dos temas multidisciplinares, na visão de Matos (2014, p.15) consiste em um fator

⁹ Para Bobbio (1995, p.219) é regulado por relações de força material estabelecidas entre os componentes; dada a desigual distribuição do poder entre os Estados, a integração política das Confederações se baseia na hegemonia política e militar de um ou mais Estados sobre os outros.

¹⁰ Originalmente, o tratado foi assinado por Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru e Bolívia, aos quais posteriormente se agregaram Colômbia, Equador, México e Venezuela.

¹¹ Eliminação das barreiras comerciais entre os países que, contudo, mantêm sua autonomia na política econômica e tributária.

¹² É um dispositivo jurídico utilizado por Estados-partes, de um determinado Tratado, que constituem uma organização dotada de personalidade jurídica internacional.

¹³ Estados parte: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Em 1998, com a aprovação do Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica foi instituído oficialmente a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) como mecanismo responsável pelo aperfeiçoamento e fortalecimento do processo de cooperação desenvolvido no âmbito do Tratado. Disponível em: <http://otca.info/portal/paises-membros.php?p=otca&id=3>. Acesso em: 13 jun. 2015.

¹⁴ Securitização, segundo Buzan (2003, p. 491), é definido pelo processo discursivo através do qual uma compreensão intersubjetiva é construída dentro de uma comunidade política para tratar algo como uma ameaça existencial para um valorizado objeto referente, e para permitir uma adoção de medidas urgentes e excepcionais para lidar com a ameaça.

mitigador de ameaças extracontinentais na Amazônia.

Uma das atribuições desse organismo regional, segundo OTCA (2015):

É coordenar sua atuação com a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que é um foro de diálogo entre as autoridades responsáveis da infraestrutura de transporte, energia e comunicação entre os 12 países sul-americanos, estimulando o cumprimento dos compromissos assumidos pelos países (OTCA, 2015).

A despeito das potencialidades e recursos naturais citados, Araújo (2014) considera fundamental para a integração, a continuação da IIRSA. O projeto foi criado em 2000 e identifica 10 eixos principais de integração e desenvolvimento (EID)¹⁵ para conectar os países sul-americanos, através do desenvolvimento de infraestrutura de transporte (rodoviário, ferroviário e hidroviário), energético e de telecomunicações. Segundo Velasco (2014), a integração deve ser pensada em bases ampliadas, para além da dimensão comercial: é uma integração física, social e produtiva. E alguns princípios norteiam a IIRSA, são eles: regionalismo aberto¹⁶, EID, sustentabilidade econômica, social, ambiental e político-institucional, aumento do valor agregado da produção, tecnologias da informação, convergência normativa e coordenação público-privada.

Para Castro (2014) a percepção da infraestrutura como requisito crítico para a formação de um bloco sul-americano, visando integrar a CAN, o MERCOSUL, o Chile, a Guiana e o Suriname, apresentando seguintes pressupostos: consenso político voltado a aproveitar as oportunidades e enfrentar eventuais ameaças da globalização, proposta de conjugar a modernização do espaço econômico com reconhecimento da identidade regional, conceituação da integração como espaço de aprendizado e cooperação. A integração física poderia atuar como catalisador das outras dimensões do processo de integração regional.

¹⁵ Segundo Nogueira (2008, p.2) os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) são: Andino, Andino do Sul, do Sul, Mercosul-Chile, Capricórnio, Hidrovia Paraguai-Paraná, Interoceânico Central, Peru-Brasil-Bolívia, Amazonas e Escudo Guianês.

¹⁶ De acordo com Goulart (2014) é a integração observada sob uma perspectiva econômica, voltada, sobretudo, para o aumento do fluxo de trocas comerciais.

O desafio para integração energética, na visão de Araújo (2014), se converte como segundo catalizador de integração, não se pode desconsiderar que a região apresenta potencialidades favoráveis, sendo um objetivo de integração a ser perseguido.

Assim, as bases para um processo de interdependência em todos os planos, que possibilite a integração, serão atingidas a medida em que se alcançar uma integração física e energética, que possa gerar espaços para cooperação: política, econômica, social e ambiental.

2.3 Os desafios para integração sul-americana

Para a integração dos 12 países sul-americanos, como mencionado anteriormente, deve-se considerar os aspectos essenciais para os Estados-membros, tais como a inviolabilidade da soberania, os interesses nacionais e o desenvolvimento social. A integração é fundamental para a construção de boas relações entre os países, e para o desenvolvimento conjunto.

Os desafios para uma integração regional consistem em transformar os aspectos atuais em condições futuras, para assegurar uma maior sinergia regional, de modo a permitir o máximo aproveitamento das potencialidades regionais.

Dessa forma, todo processo de integração tem desafios a enfrentar. Segundo Soares (2014), são considerados óbices à integração, as assimetrias estatais, questões territoriais entre países, pouco conhecimento mútuo, escassez de investimentos, falta de infraestrutura que permita a interligação física e a presença crescente de investidores extrarregionais.

Nesse viés, será feita uma análise dos desafios a serem superados em torno dos campos políticos, econômico, sociocultural, militar, científico-tecnológico, e de segurança e defesa.

a) Campo político:

Para Villan (2014) faz-se necessário modificar as políticas transitórias dos governos dos países-membros em políticas de Estado. É importante fortalecer a unidade local, ratificando os tratados existentes e buscando um acordo regional amplo e integrador que assegure a

consecução dos objetivos políticos.

Segundo Sarkis (2014), é desejável assegurar níveis mínimos de governança¹⁷ a serem alcançados pelos países para possibilitar uma estabilidade que permita projeção institucional e previsibilidade das políticas externas, acarretando uma diminuição das desconfianças que ainda persistem na região. Uma vez que a diplomacia entre os países permita confiar uns nos outros é importante o estabelecimento de posições consensuais sobre a interferência de atores externos, que possam afetar a soberania e os interesses sul-americanos.

Acredita-se que um dos desafios que deve ser enfrentado é a capacidade de superar a temporariedade dos governos. A região é marcada por tentativas de integração, cuja importância varia de acordo com quem está no poder executivo do país. Assim, é essencial que os tratados sejam considerados como política pública, cuja continuidade é garantida.

b) Campo econômico:

No que diz respeito aos aspectos econômicos, Sarkis (2014) aponta como primeiro desafio o reconhecimento da existência de diferentes estratégias de desenvolvimento econômico, aceitando-as como tal, a fim de assegurar a convergência dos distintos mecanismos, sem procurar impor uns sobre os outros.

Além disso, Sarkis (2014) consciente da assimetria econômica na região, acredita ser um desafio o fato de que os países com economias mais fortes concordem em assumir os custos de ter saldos comerciais negativos, com os países cujo negócio é menor, na medida em que esses países consigam aumentar os seus desenvolvimentos, toda a região será beneficiada.

Para Sarkis (2014) o aspecto primordial é o investimento em desenvolvimento industrial, energia, infraestrutura e nas comunicações entre os países sul-americanos. A única maneira de avançar, é alcançando um nível industrial que possibilite a elaboração de tecnologias

¹⁷ Segundo Gonçalves (2015) “é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, implicando ainda a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções”.

próprias, em consonância, a importância da construção de estradas, portos e aeroportos para permitir o transporte do comércio e facilitar o trânsito de pessoas e do turismo. Em relação à matriz energética, a região tem as condições para ser autossuficiente, em contrapartida, os recursos energéticos não estão uniformemente distribuídos, far-se-á adaptações em países carentes de infraestrutura, para poder beneficiar a todos.

Nesse sentido, Sarkis (2014) menciona que deve ser garantida a segurança jurídica dos acordos comerciais firmados. Tal medida, protegerá os interesses nacionais, contribuindo para o fomento da confiança mútua em questões econômicas.

Por fim, Sarkis (2014) aponta como outro desafio a falta de reconhecimento das moedas nacionais, por ocasião das transações pessoais e comerciais, onde os pagamentos são efetuados, em sua maioria, em dólares americanos.

c) Campo sociocultural:

O primeiro desafio a ser superado, para Sarkis (2014) é o de minimizar os níveis de pobreza e desigualdade. A região é caracterizada pela má distribuição de renda e precárias condições de vida de parte da população. Essa situação ameaça a integração, na medida em que possa haver instabilidade institucional, bem como, o desigual trânsito de pessoas, onde apenas os favorecidos financeiramente têm acesso ao turismo, ao intercâmbio de educação em outros países, relegando assim, uma elevada percentagem de indivíduos aos benefícios citados.

Para Villan (2014) os desafios estão no desenvolvimento de metas e ações sociais de forma a reduzir a pobreza, aumentar o acesso à educação, saúde e segurança pública, além de promover a igualdade de gêneros. Deve-se consolidar os direitos e garantias fundamentais aos cidadãos, em áreas como trabalho, previdência social, educação e reconhecimento de estudos e títulos, bem como, a aceitação das diferenças culturais dos países, povos e idiomas.

d) Campo militar:

Após a queda do muro de Berlim, se acentuaram as chamadas novas ameaças ou

ameaças assimétricas, que desafiam os Estados em relação à segurança da população e da soberania.

Dessa forma, Villan (2014) considera primordial realizar um exercício conceitual, pois alguns aspectos de segurança¹⁸ e defesa¹⁹ são divergentes, o que resulta em diferenças entre as missões das forças militares de cada país sul-americano. Assim sendo, deve-se buscar um consenso dos conceitos por parte dos países, o que permitirá que em um futuro próximo seja um instrumento da política regional. É fundamental a correta identificação das vulnerabilidades²⁰ existentes, para percepção e definição de ameaças comuns à região.

Para a integração militar, Villan (2014) menciona aspectos que devem ser considerados, tais como: definição de objetivos comuns a defender, identificação de ameaças, desenvolvimento de capacidades e doutrinas, padronização de terminologia militar e realização de adestramentos conjuntos, que possibilitarão a interoperabilidade²¹ entre as Forças Armadas (FFAA) dos países sul-americanos.

A consecução dessas considerações permitirá o estabelecimento de uma estratégia conjunta, a fim de tornar a região livre de ameaças que, por sua vez, são nocivas à integração.

e) Campo científico-tecnológico:

Para pensar em uma integração neste campo, segundo Sarkis (2014), é necessário incluir não apenas as questões ligadas à educação, mas também enfrentar os desafios da comunicação como um tema essencial na expansão regional do conhecimento científico. A esse respeito, superar as barreiras linguísticas é um desafio para compartilhar bases de dados organizadas,

¹⁸ Segundo a PND (2012, p.15) é a condição que permite ao Estado preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais.

¹⁹ Ibidem, é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

²⁰ De acordo com o Glossário da Forças Armadas (2007, p.267) é a situação de fraqueza de uma força, sistema, instalação ou equipamento, que pode ser explorada por um oponente para auferir vantagens.

²¹ Ibidem, p.140 é a capacidade de forças militares nacionais ou aliadas operarem, efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução.

processamento de equalização eletrônicos e de telecomunicações. Para Mattioli (2014) o fenômeno da globalização está permitindo minimizar as dificuldades inerentes as distâncias entre os países e de certa forma, extinguindo as fronteiras terrestres.

Fator essencial para o desenvolvimento científico é a realização de estudos conjuntos para proporcionar inovação e qualidade nos produtos da região. Para isso, tem que superar as diferenças de infraestrutura, mensurando de forma detalhada as etapas para o desenvolvimento, sendo elas: planejamento, educação, formação, normatização, inspeção, testes, ensaios, pesquisa, desenvolvimento experimentais e projetos.

Outro desafio é estabelecer consensualmente nos países sul-americanos, as condições que permitam investir maior percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) na inovação, a fim de aumentar a competitividade por meio de novos produtos no mercado regional.

Assim, é importante ter consciência de que apesar da abundância de recursos naturais na região, dentre eles os não renováveis, os quais um dia serão esgotados. Para multiplicar a riqueza é importante agregar valor aos produtos da região, levando em consideração as questões de ordem ambiental e estabelecendo políticas regionais para o desenvolvimento sustentável.

f) Campo de segurança e defesa:

Neste campo, Sarkis (2014) considera um dos principais desafios a harmonização conceitual dos termos de segurança e defesa, e sistematizar os elementos coincidentes na política de defesa e nos modelos da defesa nacional presentes nos países da região, destacando as semelhanças e as diferenças funcionais, estruturais e operacionais. É importante avançar nas medidas de confiança-mútua, a fim de minimizar a desconfiança entre os países sobre questões de segurança e defesa. A esse respeito, uma ação imediata seria a divulgação e atualização sistemática dos livros brancos de defesa de cada país. Outro desafio é a identificação dos interesses regionais²² de segurança e defesa que podem afetar a região e aumentar a consciência

²² Segundo Forti (2014), é o conjunto de fatores comuns, compatíveis e/ou complementares do interesse nacional de cada um

das pessoas para os problemas regionais. Nessa abordagem, seria fundamental que ocorresse troca de informações entre as agências de inteligência dos países da América do Sul.

Por fim, Sarkis (2014) acredita que o maior desafio seria consolidar a criação de uma força combinada para o cumprimento de missões específicas.

Assim sendo, a integração sul-americana oferece perspectivas para explorar uma série de vantagens e oportunidades para os países, nos campos especificados. Como contraponto, o processo de integração encontra obstáculos, que devem ser superados em conjunto, por meio de estratégias e pela aplicação de políticas públicas regionais.

Entre os principais desafios, está o fortalecimento das entidades políticas regionais, a efetiva participação dos países em matéria de integração, de segurança e defesa, e na redução da pobreza e da defasagem tecnológica.

Para o fortalecimento de cada Estado e para obtenção do objetivo integrador, é necessário identificar as dificuldades, e conduzir trabalhos que levem à efetiva redução de desigualdades, permitindo à construção de um futuro melhor, mais digno e próspero na região, onde a população sul-americana seja a grande beneficiária desse processo.

2.4 Vantagens e desvantagens na integração regional

A integração regional baseia-se na formação de um bloco de dois ou mais países, constituído a partir da eliminação de barreiras ao comércio, podendo chegar à criação de instituições supranacionais voltadas para a coordenação e implementação de políticas comuns, e até mesmo controle do papel do Estado como membro de determinado bloco.

Suas principais vantagens, segundo Buttignol (2006), são principalmente, maior conscientização de cooperação e consensos entre países e um incremento da estabilidade,

dos países-membros da UNASUL.

contribuindo para promoção a paz. Adiciona-se a isso, a diminuição de atritos e de desconfianças entre Estados, o crescimento econômico em razão do aumento do comércio entre fronteiras e o ganho de força política nas negociações de acordos internacionais. Como contraponto, há diminuição da soberania nacional, aumento da complementaridade das cadeias produtivas e da interdependência, que podem aumentar os riscos de que a recessão em determinado país, se alastre pelos demais países. Também pode ocorrer, em razão da vantagem comparativa, a perpetuação da inferioridade econômica de um Estado. A integração pode levar à fragmentação do sistema internacional²³, se as negociações globais forem substituídas por acordos bilaterais e/ou regionais.

Assim, pode-se afirmar que a integração avança simultaneamente com a globalização. Em contrapartida, o aumento da interdependência diminui os espaços de manobra dos Estados. Com a primazia do capitalismo e das ideias liberais, as possibilidades de implantação de políticas heterodoxas dissolvem-se com o tempo. Ademais, a soberania estatal está longe de desaparecer ou se subordinar a um poder comum supranacional. A integração exigirá uma liderança coletiva que envolva todos os países da região e, em particular, aqueles que valorizam um ambiente regional de paz e estabilidade política.

2.5 Ameaças à integração dos países sul-americanos

A integração da América do Sul enfrenta problemas, embora tenha iniciada quase ao mesmo tempo que a da Europa, tem observado pouco progresso e atritos entre os países-membros.

Para Malamud (2009, p. 97) é necessário parar de culpar os atores extrarregionais e

²³ De acordo com Bobbio (1998, p.219), é regulado por relações de força material estabelecidas entre os componentes; dada a desigual distribuição do poder político entre os Estados, a integração política das Confederações se baseia na hegemonia política e militar de um ou mais Estados sobre os outros.

abordar os reais problemas, que para ele estão centrados em três pilares: o excesso de retórica, nacionalismo e a falta de liderança regional. No primeiro caso, retórica excessiva, está ligada ao que ficou conhecido como o “realismo latino-americano.” Nesta linha todas as esperanças, até agora frustradas, colocado no grande impulso que a “virada à esquerda” daria lugar à integração regional. A partir da premissa de que as políticas e ideologias entre os presidentes pavimentariam o caminho para os obstáculos e dificuldades para a integração. A alternância entre governos de diferentes partidos ou a eventual coexistência entre governos de esquerda e direita nem sequer foi pensado. É curioso que, quanto mais se falou sobre a integração também ocorreram conflitos bilaterais. A diferença é que hoje estamos enfrentando conflitos que não só respondem às antigas contendas, mas também novos conflitos ligados às questões econômicas ou políticas. Embora qualquer processo de integração tenha crises e contradições, não é aceitável ser desenvolvido a partir de interpretações opostas da realidade. Com esses entraves é impossível avançar na integração, para os quais são necessários acordos mínimos.

Como segundo pilar, Malamud (2009, p.103) aponta para o nacionalismo excessivo observado na América do Sul, que estava associado a novas identidades surgidas após a independência dos países. Seu papel é fundamental, a ponto de que as ideologias, da esquerda para a direita, por mais internacionalista e cosmopolita que sejam suas raízes, forem permeadas pelo nacionalismo. A soberania vinculada ao nacionalismo só atuará como um freio à integração. Nas comparações que são feitas, muitas vezes esquecido que, como já referimos, a integração europeia e latino-americana começou quase ao mesmo tempo. É verdade, que a motivação europeia foi a de evitar as guerras devastadoras que assolaram o continente no século XX, dezenas de milhões de mortes, o que não ocorreu na América do Sul. Também é verdade que na região há uma série de incentivos à integração, desde homogeneidade linguística à ausência de conflitos bélicos, o que deveria ser um estímulo para a integração. O nacionalismo excessivo impede a construção de instituições e organismos supranacionais, e enquanto os Estados não

cederem nas tratativas será difícil avançar em qualquer processo de integração regional.

Por fim, Malamud (2009, p.104) menciona como último obstáculo à integração a falta de liderança regional. Considera que nenhum dos dois gigantes da América do Sul, Brasil e Argentina, têm desempenhado um papel de liderança que corresponda ao tamanho, capacidade, e até mesmo riquezas desses países. Essa abordagem limitou a dinâmica que tenha sido capaz de dar impulso ao processo de integração. As ausências de líderes devem ser explicadas pela falta de uma real necessidade de integração. Em geral, os países sul-americanos estão mais preocupados com seus problemas do que com o que acontece ao seu redor. Também não se pode esquecer das limitações de recursos, em contrapartida, tais problemas não devem encobrir a falta de vontade política. Quando países citam a falta de recursos e a incapacidade de financiar programas de coesão, eles estão realmente dizendo que não entendem claramente o porquê da integração regional e as vantagens para os envolvidos ou, talvez, não seja uma prioridade da sua política externa. É curioso que na América do Sul, até recentemente, quase ninguém queria aproveitar esta liderança, sob a premissa de que os benefícios seriam menores que os custos. Nos últimos anos, o Brasil parece disposto a atuar como um líder regional e um ator global. No entanto, ainda existem muitas contradições e não se visualiza uma política clara a esse respeito.

Para promover a integração, a região deve olhar para dentro, procurando identificar suas potencialidades e limitações. É importante observar modelos de integração existentes para identificar os parâmetros de referência que serão úteis quando se tratar de cumprir as metas e objetivos propostos na integração sul-americana.

2.6 A teoria dos Complexos Regionais de Segurança e seus reflexos na América do Sul

O conceito de Complexo Regional de Segurança (CRS), segundo Buzan (2003, p. 44) é apresentado como sendo “um conjunto de Estados cujos principais processos de securitização,

dessecuritização²⁴, ou ambos estão tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados um do outro”. De acordo com Buzan (2003, p.332), os países sul-americanos formam o CRS da América do Sul, mas considera que dentro desse grande CRS exista dois CRS menores, um formado pelos países no norte andino e outro no cone sul, e que o Brasil pelas suas dimensões, posicionamento central e interesses próprios é o responsável pela manutenção da coesão na América do Sul.

Na visão de Cepik (2005, p.1), existem possíveis mudanças no CRS da América do Sul, além das mencionadas, que poderão influenciar na consolidação da integração regional. Para Cepik (2005, p.1), tem-se que levar em consideração crises bilaterais entre alguns países sul-americanos, bem como a intervenção e apoio do governo norte-americano nas questões internas de segurança causadas por grupos adversos em países do norte andino. Para Goulart (2014) há uma preocupação de que a instabilidade regional e seus efeitos provocados precipuamente pelo narcotráfico possa difundir da região andina e contaminar toda a América do Sul.

Em um cenário extremo, Buzan (2003, p.338) aponta para a possível cisão da América do Sul em duas partes, a parte norte (andino) estaria alinhada aos EUA e seus mecanismos de apoio na guerra contra ao narcotráfico (como por exemplo Plano Colômbia²⁵), e que estaria mais próxima da América Central e dos países caribenhos, em outras palavras, de que a América do Norte estaria se expandindo para o sul. Para Buzan (2003, p.338) a outra parte seria formada pelos países do cone sul da América do Sul, sob a liderança do Brasil e da Argentina.

Para evitar que essa subdivisão na América do Sul venha a ocorrer, Buzan (2003, p. 339) menciona os seguintes fatores: a influência regional do Brasil em ambas as partes (andina

²⁴ Dessecuritização, segundo Buzan (2003, p. 489), é definido por um processo pelo qual uma comunidade política rebaixa ou deixar de tratar algo como um ameaça existencial para um objeto valorizado, e reduz ou para adoção de medidas urgentes e excepcionais para lidar com a ameaça. O processo pode ser diretamente discursivo abordando a definição da situação; mais muitas vezes é indireto, em que uma mudança de orientação em relação a outros problemas reduz a relativa atenção para a questão anteriormente securitizada.

²⁵ Segundo Rippel (2004, p. 3), o Plano Colômbia é um plano criado pelo governo dos Estados Unidos em 2000. Destina-se oficialmente para combater produção e o tráfico de cocaína na Colômbia, porém tem o também propósito de desestruturar as guerrilhas de esquerda, como as FARC, com ajuda financeira e militar dos EUA ao governo colombiano.

e sul) como fator integrador, bem como, pelo fortalecimento da inter-relação entre os diferentes mecanismos integracionistas (MERCOSUL, o Pacto Andino, do *North American Free Trade Agreement* - NAFTA, e a ALCA).

Assim, torna-se evidente que para rechaçar essa possível subdivisão no CRS da América do Sul, é importante a consolidação do Brasil como líder regional, aproveitando sua política pacifista e seus potenciais econômicos, no sentido de fortalecer a região. Nesse contexto, a integração e o incremento nos fluxos comerciais dos mercados existentes de forma inter-regional e também aproveitando as facilidades advindas do mundo globalizado, a realização de intercâmbios com demais blocos econômicos existentes no contexto mundial faz-se necessária.

2.7 A importância do Brasil para a integração regional

Em termos de Brasil, desenvolvimento é cuidar do homem e cuidar da terra, tudo em dimensões gigantescas. Dar ao primeiro saúde, ensino, habitação, bem-estar e *animus operandi*. À terra, povoamento, transportes, comunicação e tecnologia nos processos de exploração de seus recursos. Isto é integrar (MATTOS, 1975, p.103).

O parágrafo acima, segundo Mattos (1975, p.103), retrata de forma inquestionável, o sentimento que já norteava a política externa brasileira, com ênfase para a importância do Brasil no cenário da América do Sul e das responsabilidades assumidas em conduzir com firmeza o guião da integração regional.

Como já podemos constatar, a importância para o fortalecimento regional, faz-se mister que um determinado país assuma a responsabilidade de promover a integração, no sentido de consolidar e fortificar em todos os campos do desenvolvimento regional, em especial nos das políticas públicas e econômicas e de infraestrutura. Dessa forma, nesta seção será destacada a posição central do Brasil para a consolidação dos ideais de integração sul-americana.

O desaparecimento gradual da hegemonia²⁶ pós-Guerra Fria dos EUA e o subsequente aumento da multipolaridade²⁷ global, dá lugar a abertura geopolítica e oferece às potências emergentes a oportunidade de influenciar a ordem internacional mais ativamente como as suas próprias capacidades em relação aos poderes estabelecidos.

Na visão de Wagner (2015, p. 9-10), o Brasil possui seguintes atributos:

[...]Possuímos vastas reservas de água, de petróleo e de gás natural, além de importantes riquezas minerais. A produtividade agrícola e pecuária brasileira, resultado de ingentes investimentos em pesquisa, tecnologia e inovação aplicadas ao setor de *commodities*, contribui historicamente para a prosperidade do país e para a segurança alimentar do mundo. A matriz energética brasileira é significativamente diversificada, e possui o potencial de se diversificar ainda mais, para além da exploração da Pré-Sal, em direção a novos nichos de oportunidade alinhados aos imperativos ambientais do novo século. (WAGNER, 2015, p. 9-10).

A despeito das potencialidades e riquezas existentes no Brasil, Silva (2013, p.10) afirma que o País é o único capaz de não sofrer em detrimento das quatro grandes crises em potencial, advindas da falta de alimentos, água, energia e matérias-primas que assolam a humanidade.

Dessa forma, Trinkunas (2015) relata que o Brasil tem procurado desempenhar o papel de grande potência no cenário global desde o início do século XX, mas não ganhará esse *status* apenas em virtude da sua dimensão, população crescente e impressionantes conquistas econômicas. O País terá que implantar suas capacidades nacionais de forma mais eficaz para moldar as regras que regem a ordem internacional. O Brasil tem um conjunto de oportunidades sem precedentes: uma grande economia, considerável poder de persuasão, a falta de rivais regionais e uma rede de parceiros entre outras potências emergentes e países em desenvolvimento.

Nesse sentido, Amorim (2014, p.10) aponta que:

Ser solidário é adotar uma postura de não indiferença, isto é, transmitir o sinal político de que o nosso país está interessado no bem-estar de seus parceiros e disposto a ajudá-los. [...] não é preciso ser rico para ser solidário. A solidariedade, mesmo entre países

²⁶ Na visão de Gruppi (1978, p.5), a hegemonia é a capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidades de fornecer uma base social ao Estado proletário.

²⁷ De acordo com o Livro Branco de Defesa Nacional - LBDN (2012, p.34) a estrutura multipolar expressa a coexistência de diversos polos de poder interagindo no sistema internacional, cada qual influenciando a ação do outro.

com grandes assimetrias de recursos, sempre nos trará benefícios, seja em termos do aumento de nossa segurança e da confiança mútua, seja no apoio a nossas teses em organizações internacionais. Para o Brasil, que tem muito a perder com a instabilidade em seu entorno, conquistar a boa vontade dos vizinhos – inclusive dos mais fracos e vulneráveis – é um interesse estratégico (AMORIM, 2014, p. 10).

O Brasil fez uma escolha, segundo Garcia (2010, p. 165), não pretende ser um País próspero em meio a seu entorno composto por países pobres e desesperançados quanto a seu futuro. A altivez não é incompatível com a solidariedade. E a solidariedade serve ao interesse nacional, que muitos invocam sem compreender o que venha a ser. Os processos de integração apresentam complexidade, como exemplifica a experiência europeia. Para a América do Sul, esse processo apresenta uma dificuldade em especial, o descompasso territorial e econômico entre o Brasil e seus vizinhos, o que de fato impõe ao Brasil maiores responsabilidades.

Para Pesce (2011, p.66 e 69) a paz na região vem, em grande parte, sendo resguardada pelo desequilíbrio de poder no subcontinente, historicamente pendente ao Brasil. Assim, uma posição de destaque que o Brasil venha a ter no contexto internacional, não virá em caráter de premiação e bom comportamento, mas em função do poder e da liderança que o País tiver.

Nesse contexto, as distintas responsabilidades que o Brasil detém no sentido da integração, Amorim (2013, p.253) menciona que o País tem interesse na paz mundial, e que deve contribuir para mantê-la. O Brasil deve buscar uma grande estratégia²⁸ que conjugue a política externa e a de defesa. A despeito da proteção dos interesses nacionais, o Brasil tem também a vocação de ser um país pacífico; assim, a diplomacia é a primeira linha de defesa dos interesses brasileiros, sem descuidar do respaldo permanente da política de defesa. Muito se fala do poder brando²⁹ (*soft power*), trata-se de um conceito inovador, que se aplica a muitas características brasileiras, contudo, nenhum país se impõe somente pela atração de sua cultura e de seus hábitos. Por isso, ao mesmo tempo em que se cultiva e exercita o poder brando, é

²⁸ Para Amorim (2013, p. 269) o termo “grande estratégia” é o preceito elementar que combina poder brando e poder robusto na busca de prover a paz. Cumpre-nos estar capacitados para defender nosso território, nossa população e nossos interesses.

²⁹ Segundo Nye (2004, p.5), poder brando (*soft power*) é um termo usado na teoria de relações internacionais para descrever a habilidade de um corpo político, como um Estado, para influenciar o comportamento de outros corpos políticos.

necessário robustecê-lo. O poder brando brasileiro expresso na cooperação com outros países, será reforçado pelo poder robusto³⁰ (*hard power*) que, por sua vez, é capaz de dissuadir ameaças e de tornar realidade a colaboração com países vizinhos e parceiros, em matéria de defesa.

Como contraponto, Pesce (2011, p.66 e 67) aponta que, comparativamente, o Brasil e a América do Sul têm tido pouca participação na política internacional, com posição periférica e de submissão no ordenamento mundial de distribuição de poder. Para reverter esse quadro, será necessária uma sensível alteração na forma como o Brasil, e demais países sul-americanos, encaram as relações internacionais, com ênfase para os aspectos de defesa e segurança.

Em relação ao mencionado, pode-se constatar que a importância do Brasil, seja através das suas riquezas e potencialidades para com seus vizinhos e vice-versa, objetivando a construção de uma América do Sul desenvolvida e integrada, é inevitável e indiscutível. A assunção do Brasil na posição de líder regional, é fundamental para aglutinar a vontade e os interesses sul-americanos. Já no início do século XXI, podemos constatar que o Brasil não poderá manter distanciamento das questões internacionais em voga, o País é uma potência regional com interesses em participar mais ativamente nos assuntos de ordem mundial³¹.

Assim, o próximo capítulo trará uma abordagem a respeito da criação da UNASUL, que contou com a iniciativa do Brasil, mencionando também os blocos econômicos regionais (CAN e MERCOSUL) que, de certa forma, foram basilares na formação da UNASUL. Também serão evidenciadas as atividades dos conselhos consultivos da UNASUL em prol do desenvolvimento e integração regional e, por fim, tratará de uma análise das influências de potências mundiais na consolidação regional.

³⁰ Ibidem, poder robusto (*hard power*) é o uso de meios militares e econômicos para influenciar o comportamento ou interesses de outros órgãos políticos.

³¹ Na visão de Silva (2015), surgiu a partir da dissolução da ex-URSS. É um sistema de equilíbrio instável entre os Estados-nação. Com tendência ao crescimento desigual e um sistema que surge de um (ou mais) ato ou processo de força.

3 A CONSOLIDAÇÃO DA UNASUL

A integração sul-americana oferece uma gama de vantagens e oportunidades para os países nas áreas política, econômica, social, militar e científico-tecnológica. Contudo, o processo de integração encontra obstáculos, que devem ser transpostos de forma conjunta, por meio de estratégias e pela aplicação de políticas públicas regionais.

As transformações no sentido da integração têm ocorrido de forma lenta e gradual. Nesse contexto de mudanças possibilitou aos países sul-americanos criarem a UNASUL, uma organização de expressão internacional, na tentativa de construir uma integração participativa e consensual. Priorizando o diálogo político, as políticas sociais, educação, energia, infraestrutura, financiamento e meio ambiente, entre outros, com vista a eliminar as desigualdades socioeconômicas, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados.

Nas próximas seções serão abordados os mecanismos de consolidação econômica sul-americanos, CAN e MERCOSUL, que de alguma forma contribuíram para a formação da UNASUL. Este organismo está baseado em conselhos consultivos, sob diferentes atribuições, que juntos contribuem para a redução das desigualdades e para a integração regional. No âmbito da defesa, o CDS vem apresentando resultados em prol da consolidação da América do Sul livre de ameaças e disseminadora da paz. Por fim, será apresentada uma análise das influências de potências mundiais na consolidação regional.

3.1 Os mecanismos de consolidação econômica sul-americanos (CAN e MERCOSUL)

a) CAN:

Com intuito de fortalecimento econômico dos países andinos, propiciou-se a criação da

CAN³² em 26 de maio de 1969, conforme mencionado em CAN (2015), esse bloco atualmente composto por quatro países sul-americanos (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru) que firmaram o Acordo de Cartagena, a fim de melhorar o nível de vida dos seus povos através da integração e da cooperação econômica e social.

Dessa forma, Goulart (2014) aponta para quatro fases de desenvolvimento da CAN. A primeira (1969-1976) é caracterizada por uma pujança inicial, onde ocorre uma tentativa de cumprimento das metas fixadas pelo acordo. Inicia-se a retirada de restrições e barreiras ao comércio interno dos países e se adotou uma Tarifa Externa Comum³³ (TEC) mínima. O efeito sobre o comércio foi evidenciado pelo aumento das exportações intergrupo, que passaram de US\$ 111 milhões, em 1970, para US\$ 613 milhões, em 1976.

Na segunda fase (1976-1982), segundo Goulart (2014), ocorre uma perda de dinamismo, marcada pela junção de problemas técnicos e políticos. As exportações continuaram crescendo, porém com taxa de crescimento negativa. Em 1976 e 1979, foram assinados os Protocolos de Lima e Arequipa, com o objetivo de institucionalizar o alargamento dos prazos para a adoção da TEC e para a apresentação dos programas de integração industrial.

Para Goulart (2014), na terceira fase (1983-1988), ocorre uma crise econômica e regressão no processo de integração, com um desequilíbrio na balança de pagamentos, que acarretam queda nas exportações. Durante o período, foi suspenso o programa de liberalização, substituído por um sistema de restrições que se denominou “comércio administrado”. Prescindindo totalmente das regras do Acordo de Cartagena, negociaram-se convênios e acordos bilaterais entre os países-membros. Este período foi encerrado com a subscrição do

³² De acordo com a CAN (2015), também é conhecido como Pacto Andino ou Acordo Andino, Grupo Cartagena. Estados parte: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Estados associados: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Estado observador: Espanha. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

³³ A TEC deve incentivar a competitividade dos Estados Partes e seus níveis tarifários devem contribuir para evitar a formação de oligopólios ou de reservas de mercado. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1848>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

Protocolo de Quito, em 1987, que sepultaria definitivamente alguns preceitos do Acordo de Cartagena, com a suavização do quadro de ilegalidade flagrante, evitando rupturas drásticas.

Na quarta fase, Goulart (2014) aponta para uma retomada da integração e abertura externa. Embora tenha ocorrido um incremento comercial inter-regional, o mesmo não pode ser totalmente creditado ao esforço dos países-membros e sim à influência dos processos de abertura de mercado, de liberalização do comércio, do aumento dos fluxos financeiros internacionais e da flexibilização de políticas externas dos países no mundo como um todo.

Atualmente, a CAN vive um dilema entre incentivo à integração e a adoção de acordos bilaterais (Tratados de Livre Comércio – TLC), hoje existentes entre a maioria dos países (Peru, Colômbia e Equador) e os grandes mercados. Esse sistema preferencial é oferecido pelos EUA e pela União Europeia³⁴ para fortalecer a política da luta contra as drogas. Após a passagem para o século XXI, a interação entre os países andinos passa a sofrer influência de um novo modelo de integração, o internacionalismo regional³⁵, que se contrapõe ao regionalismo aberto, que a partir da década de 1990 havia determinado os rumos da integração.

Acordo a transcrição do Decreto nº 7.377/2010 do governo brasileiro:

A Declaração de Cuzco de 8 de dezembro de 2004, pela qual os Presidentes dos países da América do Sul resolveram conformar a Comunidade Sul-Americana de Nações, a fim de criar um espaço sul-americano integrado e de impulsionar, entre outros processos, a integração física, energética e de comunicações na América do Sul, com base no aprofundamento das experiências regionais, sub-regionais e bilaterais existentes, levando em conta mecanismos financeiros inovadores e as propostas setoriais em curso que possibilitem uma melhor realização de investimentos em infraestrutura física para a região (BRASIL, 2010).

A despeito do mencionado acima e segundo Gomes (2015), observa-se que o resultado da Declaração de Cuzco significou a junção dos processos de integração da CAN e do

³⁴ Em 07 de fevereiro de 1992 é assinado o Tratado da União Europeia em Maastricht. A CEE ultrapassa uma etapa importante ao estabelecer regras claras para a futura moeda única, a política externa e de segurança e o reforço da cooperação em matéria de justiça e de assuntos internos. A "Comunidade Europeia" é formalmente substituída pela "União Europeia". Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/eu-history/1990-1999/index_pt.htm>. Acesso em: 12 jun. 2015.

³⁵ Segundo Goulart (2014), é a integração observada por uma perspectiva política, voltada a uma aproximação física-estrutural, capaz de reduzir os custos de produção e permitir uma melhor inserção no sistema econômico internacional.

MERCOSUL mais o Suriname e a Guiana – reunindo os doze países sul-americanos. Assim, observa-se que esse dispositivo fundou os alicerces de que mais tarde daria lugar a UNASUL.

Desde sua fundação até os dias atuais, na visão da CAN (2015), o bloco obteve relevantes marcos: um ordenamento eficiente na América do Sul; a ampliação do seu mercado comercial; na ciência-tecnologia, ativou sua rede satelital para prestação de serviços de telecomunicações; e contribui para a integração e o fortalecimento dos demais blocos regionais (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos - CELAC e UNASUL).

Assim, baseados em dados econômicos e nos marcos obtidos ao longo de mais de quatro décadas, pode-se constatar a relevância da CAN para o desenvolvimento dos países andinos, com reflexos para os demais países sul-americanos na busca de uma integração regional.

b) MERCOSUL:

Dando continuidade à análise dos mecanismos de desenvolvimento econômico na América do Sul, o estudo passa a abordar o MERCOSUL³⁶, que a despeito de sua formação recente, possui destaque no subcontinente e tem sua origem no chamado cone sul.

O Tratado de Assunção firmado em março de 1991, segundo o MRE (2015b), previa:

Criar o MERCOSUL. [...] para a integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e produtos, do estabelecimento de uma TEC, da adoção de uma política comercial comum, da coordenação macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes (BRASIL, MRE, 2015b).

A partir dos anos de 1990, Bertonha (2011, p.134) aponta como razão para a sensível diminuição das tensões e para a eliminação da hipótese de guerra no cone sul, a construção da aliança Argentina-Brasil e da criação do MERCOSUL.

Na visão de Sepktor (2002, p.136), a aproximação entre as duas “novas democracias” constituía uma busca por credenciais democráticas que permitissem aos países encerrar o seu

³⁶ Estados parte: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Estados associados: Chile, Colômbia, Equador, Peru, Guiana, Suriname. Estados observadores: Nova Zelândia e México. Dessa feita, todos os países da América do Sul fazem parte do MERCOSUL, seja como Estados Parte, seja como Associado.

isolamento em importantes relações diplomáticas e foros multilaterais, e que a partir daí, Argentina e Brasil, deveriam integrar unidades produtivas com a finalidade de promover tecnologias sensíveis em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico.

O Brasil possui credenciais na área de não proliferação nuclear³⁷, onde está previsto apenas a utilização da energia nuclear para fins pacíficos. Com vistas a promoção de tecnologias sensíveis no cone sul, em 1991, é constituído o acordo - Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC³⁸), considerado uma grande demonstração de confiança mútua e afastando a possibilidade de conflitos entre as partes envolvidas.

A atual configuração do MERCOSUL, segundo MRE (2015b), fundamenta-se no Protocolo de Ouro Preto³⁹, assinado em 1994. O MERCOSUL caracteriza-se pelo regionalismo aberto, que tem por objetivo não só o aumento do comércio intrabloco, mas também incentiva o intercâmbio com outros parceiros comerciais. O aperfeiçoamento da União Aduaneira⁴⁰ é um dos objetivos do MERCOSUL. Nesse sentido, os Estados partes concluíram, em 2010, as negociações para a conformação do Código Aduaneiro⁴¹.

Como aspecto econômico, o MRE (2015b) destaca:

A criação em 2005, do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), são financiados projetos de convergência estrutural e social, contribuindo para a mitigação das assimetrias entre os Estados. Em operação desde 2007, o FOCEM conta com uma carteira de projetos de mais de US\$ 1,5 bilhão, com particular benefício para as economias menores (Paraguai e Uruguai). [...] O Brasil é o maior contribuinte, aportando 70% dos recursos, a Argentina é responsável por 27%, o Uruguai pela contribuição de 2% e o Paraguai por 1% do Fundo. As duas economias menores são as principais beneficiárias dos projetos aprovados pelo FOCEM. O Paraguai é o destinatário de 48% dos recursos e o Uruguai com 32% do total (BRASIL, MRE, 2015b).

³⁷ Artigo 21º da Constituição Federal [...] XXIII – explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições: a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional; [...]

³⁸ De acordo com o LBDN (2012, p.44) é um organismo internacional independente criado em 1991 pelo Brasil e a Argentina, responsável por verificar o uso pacífico dos materiais nucleares que podem ser utilizados na fabricação de armas nucleares.

³⁹ O Protocolo reconhece a personalidade jurídica de direito internacional do bloco, atribuindo-lhe, assim, competência para negociar, em nome próprio, acordos com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais Disponível em: < <http://www.mercosul.gov.br/index.php/saiba-mais-sobre-o-mercosul/> >. Acesso em: 8 mai. 2015b.

⁴⁰ Segundo Goulart (2014), além da livre circulação interna de bens e serviços os Estados partes uniformizam sua política comercial para com países de fora do bloco, estabelecendo uma tarifa externa comum.

⁴¹ Disponível em: http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2364/1/dec_027-2010_pt_cam.pdf. Acesso em: 15 mai.2015.

Dessa forma, constata-se que a criação do FOCEM está alinhada com os objetivos maiores do MERCOSUL, quais sejam, fortalecer a integração dos Estados partes e minimizar as assimetrias sociais, econômicas e de infraestrutura.

No tocante à redução das assimetrias, Bertonha (2011, p.160) traz à tona o exemplo da União Europeia, que ao passo da anexação dos países à comunidade europeia, com a promessa de estabilidade e progresso e, nesse sentido, formar uma unidade a qual todos cedem ao centro e na qual todos ganham. Em outras palavras, na concepção de Nye (2011, p.226) os benefícios da dependência mútua são por vezes apresentados como de “soma zero e de soma não nula⁴²”, ou seja, numa situação de soma zero, a perda de algum Estado é o ganho de outro e vice-versa.

Quanto aos recursos e potencialidades do bloco sul-americano, o MRE (2015b) aponta:

O MERCOSUL passou a contar com uma população de 270 milhões de habitantes (70% da América do Sul); PIB de US\$ 3,2 trilhões (80% do PIB sul-americano); e território de 12,7 milhões de km² (72% da área do subcontinente). O comércio intrabloco multiplicou-se por mais de 12 vezes em duas décadas, saltando de US\$ 4,5 bilhões (1991) para US\$ 59,4 bilhões (2013). Oitenta e sete por cento (87%) das exportações brasileiras é composta de produtos industrializados. O MERCOSUL passa a ser ator incontornável para o tratamento de questões centrais para o futuro global: segurança energética e alimentar. [...] MERCOSUL passa a ser o quarto produtor mundial de petróleo bruto (BRASIL, MRE, 2015b).

A despeito dos resultados comerciais, o MERCOSUL, à semelhança do que ocorre no bloco ao norte, a CAN, tem apresentado balanças positivas, desde sua criação, contudo, com tendências anuais de diminuição, principalmente, após a crise mundial na década passada.

Para fazer frente à crise no MERCOSUL, Bertonha (2011, p.121) atribui ao Estado brasileiro, como o maior e mais poderoso País do subcontinente, a responsabilidade na retomada do crescimento econômico.

Segundo Bertonha (2011, p.122), o Brasil nos últimos governos, em parceria com os demais países-membros, optou por ampliar a integração comercial e energética do País com o resto do subcontinente, o que é correto, pois uma união pavimentada por vínculos econômicos

⁴² Segundo Nye (2011, p.227), “numa situação de soma positiva, ambos ganham; numa de soma negativa, ambos perdem”.

e comerciais é muito mais consistente.

Assim, diante do futuro do MERCOSUL frente às potencialidades dos Estados e dos recursos naturais existentes, cabe ao bloco prosseguir nas trocas comerciais, por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos comerciais e na redução dos entraves estatais. À semelhança do que ocorre no contexto mundial, ressalta-se a importância do fluxo comercial para o restante do subcontinente, demais países e blocos no entorno estratégico.

Aproveitando-se da seção seguinte, onde será analisada a UNASUL e seus organismos constitutivos, cabe reforçar a importância da complementação⁴³, entre os países dos blocos (CAN e MERCOSUL) e demais países sul-americanos, que por sua vez, pode contribuir para a manutenção da paz e estabilidade política em prol da integração sul-americana.

3.2 A UNASUL e a atuação dos seus conselhos consultivos no fortalecimento regional

A respeito da criação da UNASUL, é importante relembrar que seu traçado inicial começou na Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2000, segundo a Organização dos Estados Iberoamericanos – OEI (2015):

[...] por iniciativa do então Presidente do Brasil, o evento contou, pela primeira vez, com os Chefes de Estado dos doze países da região. [...] enfoques específicos, relacionados à geografia de seus países: democracia; comércio; infraestrutura de integração; drogas ilícitas e delitos conexos; informação, conhecimento e tecnologia. [...] acordou-se criar uma Zona de Paz Sul-Americana [...] formação de um espaço econômico-comercial ampliado - com base na articulação - MERCOSUL e CAN, e com participação do Chile, da Guiana e do Suriname [...] a articulação contribuirá para aproximar os países latino-americanos e caribenhos (OEI, 2015).

Assim sendo, pode-se observar de forma incipiente que o início da UNASUL, se deu através dos mecanismos econômicos (CAN e MERCOSUL), da participação dos demais países sul-americanos e dos encontros anteriores, que culminaram com as assinaturas nas Declarações

⁴³ É a operação que associa a cada conjunto o seu complemento. Reitera-se a expressão de Nye (2011, p.227), “soma zero e de soma não nula”, a qual seja, “numa situação de soma positiva, ambos ganham; numa de soma negativa, ambos perdem”.

de Cuzco (2004), Brasília (2005) e Cochabamba (2006), conforme já mencionado.

Para Araújo (2014), a UNASUL serve como ponte entre a CAN e o MERCOSUL, no estabelecimento de uma zona de livre comércio na região. Assim, Peña (2009, p.58) considera que a complementação entre a UNASUL e os dois blocos pode contribuir para integração, não excluindo a ampliação para o restante da América Latina e Caribe⁴⁴. A consolidação da integração exigirá uma participação dos países nas vertentes platina, andina e amazônica, em particular, daqueles que valorizam uma região de paz e com estabilidade política.

A criação da UNASUL, em 23 de maio de 2008, se mostrou uma ferramenta importante para minimizar a desconfiança entre os países sul-americanos desde os movimentos de independência no século XIX.

A integração regional é prioridade para a diplomacia brasileira, segundo MRE (2015a), o Brasil apoia o projeto não apenas por estar certo dos benefícios para a inserção e a projeção do País e da América do Sul em um mundo cada vez mais multipolar, mas também porque se trata de objetivo previsto na Constituição Federal⁴⁵ à política externa brasileira.

Nos últimos anos, para Bertonha (2011, p.121), “o governo brasileiro procurou convencer, pelo discurso, que o Brasil é o líder natural do continente e que nossos vizinhos, irmãos, estariam felizes com isso”.

De forma sucinta, o MRE (2015a) menciona que a UNASUL tem como objetivo construir um espaço de integração dos países sul-americanos. Acredita que o subcontinente passa por um momento de estabilidade democrática e avanços sociais, consequência, dentre outros fatores, dos benefícios decorrentes da coordenação política entre os países.

Para consecução dos objetivos, a UNASUL é estruturada, segundo MRE (2015a) por:

⁴⁴ Tratado Constitutivo da UNASUL, respectivamente, artigos 19 e 20 (Estados Associados e Adesão de novos membros).

⁴⁵ Em seu artigo 4º, parágrafo único, estabelece que "o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

Conselhos formados por Chefes de Estado, por Chanceleres e por Delegados, por uma Secretaria-Geral [...] e por doze Conselhos Setoriais, que tratam de temas específicos: energia; defesa; saúde; desenvolvimento social; infraestrutura; problema mundial das drogas; economia e finanças; eleições; educação; cultura; ciência, tecnologia e inovação; segurança cidadã, justiça e coordenação de ações contra a delinquência organizada transacional (MRE, 2015a).

Os conselhos setoriais foram criados para tratar de temas de importância no âmbito da integração, muitos desses que vinham sendo colocados em pauta ao longo dos anos 2000, como é o caso da infraestrutura, por meio da IIRSA já mencionada na seção 2.2.

Assim, em janeiro de 2009, ocorre a criação do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), segundo Velasco (2014), substitui o Comitê de Direção da IIRSA que representa reorientação na infraestrutura no contexto da integração. Em junho de 2011, houve a atualização dos projetos da IIRSA, onde o MRE (2015) menciona o aproveitamento do trabalho acumulado entre 2000 e 2010, no que tange ao planejamento e à identificação dos projetos relevantes para a integração da infraestrutura regional.

Para exemplificar a vulnerabilidade em infraestrutura, Arce (2014, p.98) diz que a falta de conexão para dentro dos países da América do Sul (projetos de iniciativa nacional) é tão grave como a falta de interconexão entre eles (demais projetos), conforme descrito a seguir:

Há dez anos do começo da iniciativa, o IIRSA conta com 531 projetos cadastrados em sua base de dados, dos quais 81,5% são de iniciativa nacional; 16,4%, binacional; 1,5%, trinacional; e 0,6%, multinacional (ARCE, 2014, p.98).

A despeito disto, para IIRSA (2015), entre 2004 e 2014, a carteira de projetos foi aumentada em 72%, resultando em 579 projetos, com investimentos de US\$ 163 bilhões.

Dentre os resultados alcançados pelo COSIPLAN, segundo o MRE (2015), está a elaboração do Plano de Ação (2012-2022) que estabelece um conjunto de ações para cada objetivo específico, e no sentido de dar celeridade, foi estabelecida uma Agenda de Projetos

Prioritários de Integração⁴⁶ (API) que consiste em 31 projetos estratégicos estimado em US\$ 21,2 bilhões, que consolidam redes de conectividade física com abrangência regional.

A energia é requisito primordial para o desenvolvimento socioeconômico, através da disponibilidade de recursos energéticos para projetos industriais de maior valor agregado, geradores de emprego e renda.

Nesse contexto, foi criado em maio de 2010, o Conselho Energético, conforme descrito pelo Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde – ISAGS (2015), tem o objetivo de promover políticas energéticas nacionais e de construir redes de gasodutos, sistemas de interconexão elétrica, programas de produção de biocombustíveis, além de atividades industriais conexas no setor de plataformas de exploração e sistemas de transporte de combustíveis.

Apesar da grandeza dos recursos energéticos, Padula (2014, p.32) considera que a América do Sul tem uma distribuição não equitativa e um subaproveitamento de seus recursos. A razão disto está tanto na falta de investimentos na exploração de recursos energéticos quanto na ausência de infraestrutura de interconexão energética entre os países produtores e consumidores. O Conselho, segundo Jannuzzi (2015), vem negociando o Tratado Energético sul-americano, que será um marco para a integração dos países na área energética.

No âmbito da saúde, destaca Jannuzzi (2015), que foi criado em novembro de 2008 o Conselho de Saúde, para ser um espaço de integração em matéria de saúde, incorporando os esforços e avanços de outros mecanismos de integração, como o MERCOSUL e OTCA.

Em 2011, destaca-se a criação do ISAGS, que é um organismo intergovernamental vinculado ao Conselho de Saúde, segundo o IASGS (2015), o Instituto funciona como centro de estudos e debates de políticas públicas, suas tarefas contribuem para o desenvolvimento da go-

⁴⁶ Segundo IIRSA (2015), são projetos estruturados de caráter estratégicos, de alto impacto para integração física e desenvolvimento socioeconômico regional de forma sustentável, preservando o ambiente e equilíbrio dos ecossistemas.

vernança em saúde nos países-membros. Para alcançar seu objetivo, estabeleceu o Plano Quinquenal (2010-2015), que abrange as prioridades dos Ministérios da Saúde dos países, assim como pelos Grupos Técnicos e Instituições Estruturantes que compõem o Conselho.

Para o estabelecimento de sociedades mais justas, participativas, solidárias e democráticas, Jannuzzi (2015) menciona a criação do Conselho de Desenvolvimento Social em agosto de 2009, que objetiva a promoção de mecanismos de cooperação em políticas sociais para reduzir as assimetrias, aprofundar o processo de integração e, em conjunto, construir um futuro de justiça social, equidade e bem-estar para os países sul-americanos.

Os avanços obtidos pelo Conselho, segundo o MRE (2015d), foram retratados no Plano de Trabalho (2009-2011), bem como pela criação de Grupos de Trabalho para cooperação em áreas estratégicas como: segurança alimentar, combate à fome e seguridade social.

Em novembro de 2010, a UNASUL decidiu responder de maneira regional à crise que afetava as economias dos EUA e da Europa desde 2008. Assim, Mejía (2015) aponta para a criação do Conselho de Economia e Finanças que apresenta entre seus objetivos gerais: o desenvolvimento socioeconômico igualitário entre os países (redução de assimetrias); avançar na cooperação econômica, comercial e setorial; desenvolver propostas para pequenas e médias empresas; e impulsionar o uso de moedas locais em transações comerciais intrarregionais.

O Conselho Sul-Americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação foi desmembrado em novembro de 2012, dando lugar a três Conselhos singulares, com o objetivo de aprimorar o Tratado Constitutivo da UNASUL. Assim, surgem os Conselhos: de Educação; de Cultura; e de Ciência, Tecnologia e Inovação. Cada Conselho com a finalidade de desenvolver programas específicos, nas respectivas áreas de atuação regional.

No Conselho de Educação está em execução o Plano Estratégico (2014-2018), segundo o Ministério da Educação – MEC (2015), apresenta três eixos integradores: Qualidade e Equidade; Cidadania e Direito; e Integração Social e Regional, dando origem ao Plano

Operativo Quinquenal com 11 objetivos. Na Educação, está sendo realizado um Estudo Comparativo dos Sistemas Educacionais⁴⁷ dos países da UNASUL, que visa fornecer um diagnóstico sobre a situação educacional em cada país.

Para abordar os temas de: incremento das capacidades institucionais e policiais para segurança cidadã; gestão da segurança nas fronteiras; acesso à justiça; fortalecimento das políticas penitenciárias e cooperação para prevenção e combate à delinquência transnacional; direitos humanos; inclusão social; e na equidade de gênero na América do Sul, segundo Padula (2014, p.34), foi criado em novembro de 2012, o Conselho de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional.

É uma instância de consulta e cooperação entre os países em matéria de segurança, justiça e ações contra o crime transnacional. Na visão do IASGS (2015), o Conselho foi idealizado para atuar de forma coordenada com o Conselho sobre o Problema Mundial das Drogas.

A UNASUL, em reunião extraordinária em agosto de 2009, aprovou a resolução que trata do problema do narcotráfico e da atuação de grupos ilegais no subcontinente, mas atribuindo a causa e responsabilidade do problema, além dos governos sul-americanos, aos países consumidores, conforme menciona Padula (2014, p.34), “*considerando la incidencia del problema mundial de las drogas y la corresponsabilidad de países productores y consumidores sobre la seguridad regional*”. Assim, Jannuzzi (2015) menciona a criação do Conselho sobre o Problema Mundial das Drogas, que objetiva confrontar a problemática das drogas. Para fortalecer os organismos nacionais dedicados ao problema, está em implementação o “Mecanismo de Consultas Regulares de Autoridades Judiciais, Policiais, Financeiras, Aduaneiras e de Órgãos de Combate às Drogas” dos países sul-americanos, de modo a permitir a troca de boas práticas e promover a cooperação judicial, policial e de inteligência.

⁴⁷ Com as seguintes finalidades: a) estabelecer uma conexão entre as normas e os processos formativos em cada país; e b) comparar os países e orientar a construção de políticas públicas conjuntas para a cooperação e complementariedade no bloco.

Para a abordagem eleitoral, promoção da cidadania e da democracia, o IASGS (2015) menciona a instituição do Conselho Eleitoral, em outubro de 2011, como uma instância técnica para intercâmbio de experiências eleitorais. Como marco no Conselho, no mesmo ano, em Lima foi estabelecido o Centro de Estudos de Promoção da Democracia e Transparência Eleitoral.

O Conselho Eleitoral da UNASUL, segundo Abdul-Hak (2014), já participou nas seguintes missões eleitorais⁴⁸: em 2011 (Bolívia, Guiana e Paraguai), 2012 (Venezuela), 2013 (Equador, Venezuela e Paraguai) e em 2014 (Equador, Colômbia e Bolívia).

Para Brick (2015a) os países sul-americanos valorizam por demais os países desenvolvidos e seus produtos. Ressalta que o importante é melhor conhecer e interagir com nossos vizinhos pois, na sua visão, tanto o Brasil quanto os outros países “jamais poderão se mudar da América do Sul”.

Na visão de Ramalho (2015), os Conselhos de Infraestrutura, Energético, Saúde, Desenvolvimento Social e Defesa (a ser abordado na seção seguinte) têm obtido resultados positivos no desenvolvimento e na cooperação regional, permanecendo a necessidade de fomentar os demais Conselhos de forma a contribuir para a integralidade sul-americana.

Assim, observa-se que a UNASUL e seus Conselhos Consultivos, apesar do pouco tempo de criação, tem começado a alcançar seus objetivos. Em contrapartida, o processo de integração é cíclico e necessita constante aperfeiçoamento, tem um longo caminho a percorrer, no sentido de buscar melhores práticas em cooperação, integração e desenvolvimento socioeconômico em todos os setores das sociedades sul-americanas.

Deve-se ter em mente que o processo de integração de países com assimetrias e desigualdades sociais é complexo, e à semelhança do que ocorreu em outros continentes, demanda esforços permanentes dos países e perdurará por décadas, para trazer resultados expressivos.

⁴⁸ Segundo Jannuzzi (2014), são missões de observação e acompanhamento eleitoral, mediante requerimento do Estado-membro, que organiza o processo eleitoral e em comum acordo com autoridade eleitoral local.

Por fim, a seguir, serão apresentadas as influências do Conselho de Defesa Sul-americano, que por sua especificidade e complexidade, será analisado em separado.

3.3 Os reflexos do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) na América do Sul

Para começar a abordagem sobre o CDS, destaca-se a posição de Barbosa (2015):

A América do Sul foi uma das últimas regiões do mundo a criar um fórum para discutir a segurança e defesa regional. A maioria dos blocos regionais existentes na atualidade, já tem fóruns ou conselhos de defesa ou segurança e/ou defesa comum. Com objetivo de resolver conflitos regionais e disputas fronteiriças, a luta contra o terrorismo⁴⁹, extremismo, separatismo e outras formas de insurgência armada (BARBOSA, 2015).

Como considerações iniciais, observa-se que a muito a América do Sul é considerada uma zona de paz, longe das principais fontes de tensão e livre de armas nucleares. Nesse sentido, observa-se que os processos que contribuem para a redução da possibilidade de conflitos no entorno estratégico são: o fortalecimento da integração regional e a estreita relação entre os países sul-americanos.

A expansão e modernização da infraestrutura na América do Sul pode realizar a conexão entre seus centros de produção e os dois oceanos, o que facilita o desenvolvimento, a cooperação e integração.

A segurança de um país depende do grau de estabilidade regional. Portanto, o consenso, harmonia e convergência de ações entre os países vizinhos, em busca de um desenvolvimento socioeconômico que vai fazer a região mais forte e coesa, é desejável.

A defesa do Estado é prioritária para resguardar os interesses nacionais, a soberania e a independência. Assim, o Livro Branco da Defesa Nacional - LBDN (2012, p.33) descreve que:

Vê-se surgir na América do Sul uma comunidade de segurança⁵⁰, motivada pelo fato de

⁴⁹ De acordo com o Glossário das Forças Armadas (2007, p.253) é a forma de ação que consiste no emprego da violência física ou psicológica, de forma premeditada, por indivíduos ou grupos adversos, apoiados ou não por Estados, com o intuito de coagir um governo, uma autoridade, um indivíduo, um grupo ou mesmo toda a população a adotar determinado comportamento. É motivado e organizado por razões políticas, ideológicas, econômicas, ambientais, religiosas ou psicossociais.

⁵⁰ Segundo Deutsch (2015b, p.124), comunidade de segurança é aquela em que é a garantia real de que os membros dessa comunidade não irão lutar entre si fisicamente, mas vão resolver as suas disputas de alguma outra forma.

os países vizinhos compartilharem experiências históricas comuns, desafios de desenvolvimento semelhantes e regimes democráticos, que facilitam a compreensão recíproca e propiciam uma acomodação pacífica dos diversos interesses nacionais (LBDN, 2012, p.33).

Com o objetivo inicial de desenvolver uma doutrina de defesa regional e consolidar o subcontinente como uma zona pacífica, base para a estabilidade democrática e desenvolvimento integral dos povos, o CDS foi criado durante a Cúpula Extraordinária da UNASUL, em 16 de dezembro de 2008.

O CDS, segundo o LBDN (2012, p.38) possui os seguintes objetivos gerais:

- consolidação da América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral dos povos, e contribuição à paz mundial; construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que leve em conta as características sub-regionais e nacionais (vertentes platina, andina, amazônica, atlântica, caribenha e do pacífico) e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe; e geração de consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa (LBDN, 2012, p.38).

Para consecução dos objetivos mencionados, o CDS deverá promover, portanto, a análise conjunta de questões políticas e estratégicas, ensejando um debate amplo das realidades global e hemisférica, pela visão da América do Sul.

Dessa forma, Bertonha (2011, p.144) afirma que o CDS não teria por objetivo a formação de uma aliança militar, à semelhança da OTAN, com movimentação de armamento e militares de um país para outro, o que se pretende é a sincronização das estratégias de defesa dos países com vistas ao bem-estar comum. No entanto, qualquer alinhamento em matéria de defesa que vá além disso, acredita ser pouco provável pela falta de um inimigo claro ou comum.

Assim, o CDS é um fórum para consultas, o que favorece o diálogo e o consenso entre os países-membros. É inclusivo, ou seja, não extingue qualquer outro fórum sul-americano existente.

Verifica-se que a participação combinada de militares e diplomatas em fóruns multilaterais, na visão do LBDN (2012, p.52) incrementa a capacidade das políticas externa e de defesa do País se anteciparem, de maneira coerente e estratégica, às transformações do

sistema internacional e de suas estruturas de governança, facilitando a tarefa de defender, no exterior, os interesses brasileiros.

Os objetivos específicos do CDS, segundo o estatuto do CDS (2008, p.69) são:

- avançar gradualmente na análise e discussão dos elementos comuns de uma visão conjunta em matéria de defesa; promover a troca de informação e análise sobre a situação regional e internacional, com o objetivo de identificar os fatores de riscos e ameaças que possam afetar a paz regional e mundial; contribuir para a articulação de posições conjuntas da região em foros multilaterais sobre defesa; avançar na construção de uma visão compartilhada a respeito das tarefas da defesa e promover o diálogo e a cooperação preferencial com outros países da América Latina e o Caribe; fortalecer a adoção de medidas de fomento da confiança e divulgar as lições aprendidas; promover o intercâmbio e a cooperação no âmbito da indústria de defesa; incentivar o intercâmbio em matéria de formação e capacidade militar, facilitar processos de treinamento entre as FFAA e promover a cooperação acadêmica dos centros de estudos de defesa; compartilhar experiências e apoiar ações humanitárias tais como: a desminagem, prevenção, mitigação e assistência às vítimas de desastres naturais; compartilhar experiências em Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas; trocar experiências a respeito dos processos de modernização dos Ministérios da Defesa e das FFAA; e promover a incorporação da perspectiva de gênero no âmbito da defesa (CDS, 2008, p.69).

Tal cooperação se apresenta na forma de exercícios combinados, intercâmbios, cursos acadêmicos, capacitação de recursos humanos, troca de experiências e informações e suporte logístico. Ocorre não somente entre países sul-americanos, mas, também, entre esses e as Américas Central e do Norte. Os exercícios combinados possuem caráter bilateral e/ou multilateral, objetivando interoperabilidade, confiança mútua, adestramento, busca e resgate, apoio humanitário e combate a crimes transnacionais.

O CDS também apresenta a possibilidade de se trabalhar na construção de uma base industrial de defesa sul-americana, um complexo acadêmico-industrial-militar envolvendo os países, com um mercado e encomenda estatais dos países partícipes, com participação de suas empresas na geração de produção física e tecnológica.

Dentre os objetivos específicos, tornar-se clara a preocupação da UNASUL, através do CDS, para o aprimoramento nos campos: militar, científico-tecnológico e de segurança e defesa.

No sentido de alcançar os compromissos acordados entre os países, anualmente, é elaborado o Plano de Ação, que por sua vez enumera as atividades em eixos de trabalho⁵¹. Para demonstrar os resultados obtidos do CDS, Barbosa (2015) menciona que foram elaborados até 2014 cinco Planos de Ação, totalizando 113 iniciativas criadas, discriminadas por eixos de trabalho e seus respectivos percentuais de execução:

Eixo 1 - 45 iniciativas (40%); Eixo 2 - 24 iniciativas (21%); Eixo 3 - 20 iniciativas (18%); e Eixo 4 - 24 iniciativas (21%) (BARBOSA, 2015).

Apesar dos percentuais relativamente baixos, algumas iniciativas foram convertidas em projetos de expressão, é o caso do desenvolvimento (em seis meses) e produção do avião de treinamento básico sul-americano, denominado UNASUR-1, e do Veículo Aéreo Não-Tripulado. Na área de tecnologia de informação, Florez (2015) aponta para o desenvolvimento do Sistema Integrado de Informação, que é um *software* (banco de dados) que permite o intercâmbio de informações a respeito das indústrias e centros tecnológicos de defesa, no âmbito dos países sul-americanos.

Para o Plano de Ação 2015, Jannuzzi (2015) menciona de forma resumida a realização de: sete seminários/simpósios abrangendo temas relacionados aos três primeiros eixos de trabalho; quatro cursos no eixo da formação e capacitação, realização de exercício combinado (sobre o tema Operações de Manutenção de Paz) e treinamento em Medicina Operativa, ambos sob a orientação do eixo da Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz.

No sentido de consolidar os princípios e objetivos estabelecidos no CDS, a partir da geração de conhecimento e difusão de um pensamento estratégico sul-americano e sob a ótica de defesa e segurança, o CDS, a luz do Tratado Constitutivo da UNASUL, dispõe do Centro de

⁵¹ Eixos de trabalho, acordo o regulamento do CDS: 1 - Políticas de Defesa; 2 - Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz; 3 - Indústria e Tecnologia de Defesa; e 4 - Formação e Capacitação.

Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), com sede na Argentina, e da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), no Equador.

O primeiro organismo, o CEED, trata-se de uma instância que, segundo o IASGS (2015), estuda e promove medidas destinadas a melhorar a confiança e cooperação recíprocas em matérias de defesa e segurança, tais como homologação de gastos e transparência. Na visão de Jannuzzi (2015), a publicação do Registro Sul-Americano de Gastos Agregados em Defesa (2006-2010)⁵² em 2014, é uma conquista a nível regional, como parte das Medidas de Fomento da Confiança Mútua acordadas pelos países da UNASUL. E está alinhada com a PND (2012, p.21), pois à medida que a confiança mútua entre os países é fortalecida, afasta cada vez mais as possibilidades de eventuais conflitos.

À similaridade do CDS, o Centro de Estudos, no sentido de alcançar os compromissos acordados entre os países-membros, elabora o Programa Anual de Trabalho, que por sua vez relaciona as atividades em três áreas específicas⁵³.

O outro dispositivo, a ESUDE, segundo Florez (2015), “é um centro de altos estudos do CDS de articulação das iniciativas nacionais dos países-membros para a formação e capacitação de civis e militares em matéria de defesa e segurança regional de nível político-estratégico”.

Após a análise da influência do CDS para o subcontinente, Saint-Pierre (2015) de forma resumida, considera que o CDS é uma instituição inovadora em matéria de transparência e níveis de confiança mútua alcançados entre os países sul-americanos, impensados há poucos anos.

Na opinião de Battaglino (2015), o fato de se pensar em defesa a nível nacional, é a melhor forma de se pensar e construir uma defesa sul-americana.

Assim, percebe-se a evolução gradual do pensamento estratégico para a defesa na América do Sul, no sentido da preocupação com a manutenção de uma região pacífica, contudo,

⁵² De acordo com a CEED (2014, p.15) “o Registro conforma um relatório oficial dos gastos que os países-membros da UNASUL realizam em defesa”.

⁵³ Áreas específicas, acordo Jannuzzi (2015): 1 - Políticas de Defesa; 2 – Defesa Cibernética; 3 – Prospectiva e Estratégia.

sem descuidar-se do preparo e emprego para resguardar seus interesses regionais.

Utilizando-se do conceito apresentado por Nye (2011, p.18), acredita-se que os países sul-americanos a muito já praticam o chamado Dilema da Segurança⁵⁴ e não podem deixar de pensar e praticá-lo a nível regional, ou seja, garantir os interesses regionais contra as ameaças advindas extrabloco.

A América do Sul está diante da nova ordem mundial e de suas ameaças, que foram de certa forma, ocasionadas por uma relativa anarquia entre Estados e de seus ideologismos exacerbados. Nesse contexto, os países da UNASUL devem continuar a delinear cooperação e integração, em matéria de defesa, para promover uma dissuasão regional e permitir o desenvolvimento socioeconômico sul-americano.

Dessa forma, constata-se que a importância do CDS para integração sul-americana é indiscutível e está sendo amalgamada sob diversas formas: na realização exercícios combinados (bilaterais ou multilaterais); na busca por autonomia estratégica para o desenvolvimento de produtos de defesa (PRODE); na aquisição de meios militares cujo significado estratégico seja a complementaridade entre os países; no potencial da logística integrada; e no fortalecimento do vínculo civil-militar com comprometimento para à sociedade, em especial para assuntos defesa da América do Sul.

Por fim, no sentido dese incrementar a consciência situacional⁵⁵ para integração regional, que a próxima seção irá trazer uma análise dos reflexos das potências mundiais (EUA e China) no processo de consolidação sul-americana.

⁵⁴ Para Nye (2011, p. 18), “Dilemas de Segurança estão relacionados com a característica da política internacional: organização anárquica, a ausência de um poder mais elevado. Sob a anarquia, a atuação independente por parte de um Estado para aumentar a sua segurança pode tornar todos os Estados mais inseguros. Se um Estado constrói o seu poder de forma a garantir que outro seja incapaz de o molestar, o outro, vendo o primeiro a fortalecer-se, pode desenvolver o seu poder para se proteger dele.”

⁵⁵ De acordo com o Glossário das Forças Armadas (2007, p.64) é a percepção dos fatores e condições que afetam a execução da tarefa durante um determinado de tempo, permitindo ao seu decisor, estar ciente do que se passa ao seu redor e assim ter condições de focar o pensamento à frente do objetivo. É a perfeita sintonia entre a situação percebida e a situação real.

3.4 As influências de potências mundiais na consolidação regional (EUA e China)

Ao iniciar, é importante conceituar potência mundial, que segundo Mattos (1975, p.70):

É o Estado capaz de exercer um poder de âmbito mundial, ou seja, ter influência decisiva, na defesa de seus interesses, sobre acontecimentos que se derem em qualquer parte do planeta (MATTOS, 1975, p. 70).

Assim sendo, far-se-á a primeira potência mundial a ser analisada os EUA.

a) EUA:

Na visão de Bandeira (2008, p.10) o lema “a América para os americanos”, introduzido a partir da Doutrina Monroe⁵⁶, sintetiza bem o ideal norte-americano a partir do final do século XIX. Na verdade, funcionava como um disfarce ideológico para o objetivo estratégico dos EUA, que buscava manter a hegemonia sobre todo o Hemisfério Ocidental, conquistando e garantindo as fontes de matéria-prima e os comércios da América do Sul para as suas indústrias, afastando do subcontinente outras potências industriais da Europa e da Ásia.

Nesse sentido, os EUA consciente de suas potencialidades, vem se mantendo à frente dos demais Estados no tabuleiro do sistema internacional. Para Bertonha (2011, p.181), os EUA são, hoje, a maior potência militar que já houve na história do mundo e a única capaz de intervenção em escala global.

A transcrição dos trechos da publicação “Uma Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo do Século XXI” dos EUA (2015, p.iii), deixa claro seus objetivos e responsabilidades para atender aos anseios do governo e da sociedade norte-americana e resguardar seus interesses nacionais:

Para que os EUA continuem a ocupar o papel de liderança no mundo, é necessário que os serviços marítimos⁵⁷ revejam a nossa estratégia marítima e reavaliem a nossa

⁵⁶ De acordo com Sousa (2015) a Doutrina defendia o papel crucial dos EUA em preservar a autonomia das nações americanas em relação à Europa. O documento foi promulgado no dia 2 de dezembro de 1823 e foi um importante marco na diplomacia dos EUA com as demais nações do continente americano. Disponível em: < <http://www.mundoeducacao.com/historia-americana/doutrina-monroe.htm> >. Acesso em: 02 jun. 2015.

⁵⁷ Acordo os EUA (2015, p.iii) é composto pela Marinha, Corpo de Fuzileiros Navais e Guarda Costeira norte-americana.

abordagem a relações instáveis e responsabilidades globais. [...] o nosso foco em manter presença em todo o mundo visando garantir a estabilidade, consolidar as relações com os nossos aliados e parceiros, prevenir guerras e munir os líderes da nossa Nação. (...) As exigências de um mundo em evolução, e a defesa do povo americano, bem como dos nossos interesses, não poderiam exigir menos. Os serviços marítimos estão aptos para dar uma resposta a acontecimentos mundiais altamente dinâmicos e complexos que ameaçam a segurança dos EUA e dos nossos aliados e parceiros. [...] estão preparados para fazer frente a estes desafios com a mesma determinação e capacidade de resposta que têm demonstrado ao longo de mais de dois séculos. [...] tem operado em todo o mundo na proteção dos cidadãos americanos e defesa dos interesses dos EUA (EUA, 2015, p.iii).

Assim, na visão de Bandeira (2008, p.31) o interesse dos EUA em resguardar o Atlântico Sul torna-se evidente a medida em que, 38% do seu comércio global se realizam com países sul-americanos, 34% do petróleo que importam provém da região e 2/3 dos navios que transitam pelo Canal do Panamá destinam-se aos portos americanos.

Dessa forma, fica evidente que os interesses dos EUA na América do Sul são em suma, na captação de recursos naturais e na exploração econômica. Buscam a toda ordem universalizar o combate às ameaças que lhes são próprias, na visão de Góes (2008, p.59), tentam forçar as FFAA sul-americanas a se preocuparem apenas no combate ao narcotráfico, crime organizado e ao terrorismo internacional. Na verdade, os norte-americanos demonstram a tentativa de transformar o poder militar em uma simples força policial.

A constante preocupação dos EUA em assegurar o domínio do mercado e das fontes de matérias-primas e energia provenientes da América do Sul, que torna clara sua real intenção, pois para eles não lhes convém que haja avanços nos blocos econômicos sul-americanos.

Nesse sentido, as questões econômicas afetas à integração produtiva na UNASUL, para Gomes (2015, p.2) este organismo pode ser uma alternativa às pretensões norte-americanas de uma integração continental via ALCA. Apesar dessa afirmativa, Cancino (2014, p.60) relata que a UNASUL tem sofrido reveses com a assinatura de TLC entre alguns países sul-americanos e os EUA, pois a existência de certas cláusulas previstas nos Tratados aguçam a possibilidade de triangulação de bens que contribuem para a desindustrialização sul-americana e deterioram as condições especiais em nível intrabloco.

Para Bandeira (2008, p.26) o apoio dos EUA à Colômbia desde 2000, através do Plano Colômbia, para o combate ao narcotráfico e ao terrorismo, na verdade esconde a real intenção norte-americana que é resguardar os suprimentos de petróleo oriundos dos países andinos. Essa assistência militar destinada à Colômbia, que para os EUA, o País é considerado um grande aliado no tabuleiro geopolítico dos EUA no contexto sul-americano, poderá ser empregado como contrapeso à Venezuela, caso este País, por exemplo, suspenda o fornecimento de petróleo, direcionando-o para outro grande consumidor, por exemplo, a China.

Uma vez mais lançando mão da publicação EUA (2015, p.6) para continuar a análise:

As armas de destruição maciça (ADM) ameaçam os EUA, os nossos aliados e os nossos parceiros. (...) ademais, as redes terroristas procuram estas armas para as usar contra uma gama de alvos. [...] A segurança e prosperidade da América aumentam ao mesmo tempo que as dos nossos aliados e parceiros. [...] Qualquer interrupção no abastecimento energético afetaria, imediata e significativamente, a economia global (EUA, 2015, p.6).

Dessa forma, para Dauster (2015) uma grande demonstração da importância estratégica do Atlântico do Sul para os EUA, foi evidenciada por meio da reativação da IV Esquadra americana em 2008, que sem dúvidas será utilizada, caso haja comprometimento dos interesses norte-americanos. Como já mencionado, os EUA a muito observam com cautela o abrupto desenvolvimento econômico da China e seu crescente interesse na América do Sul. Um outro ponto de observação é a expansão naval chinesa em direção aos oceanos Pacífico e Índico, que pode dar lugar a oportunidades como desafios.

Assim, dar-se-á continuidade ao trabalho com a análise da China, outra potência mundial com influência na consolidação regional sul-americana.

b) China:

Para Ramalho (2015) a procura crescente por alimentos, água e recursos energéticos vão acirrar cada vez mais, a busca incessante por essas riquezas imprescindíveis para a sobrevivência dos povos e seu desenvolvimento.

Nessa luta geopolítica por recursos naturais, surge a China, que nos últimos anos, alargou a sua dimensão econômica e diplomática de influência para com a América do Sul, aumentou seus investimento e comércio com a região.

Para Dauster (2015) a preocupação chinesa com as áreas de potenciais conflitos na sua vizinhança, é mais um motivo para que o Estado chinês procure investir em outras regiões (América do Sul e na África), com intuito ter alternativas fontes de recursos naturais (por exemplo, petróleo).

O trecho a seguir, mencionado por Bertonha (2011, p.191) exemplifica de forma singular a relação estratégica da China com os países sul-americanos, e de certa forma, uma oportunidade para incrementar o desenvolvimento da América do Sul:

O papel de cada região do planeta dentro do “sistema chinês”, sendo o Ocidente o grande consumidor e o Terceiro Mundo o fornecedor de insumos a serem processados. [...] Garantir esse arranjo é a prioridade número um da liderança chinesa hoje em dia. [...] a diplomacia chinesa nos últimos anos indica claramente essa prioridade em garantir que o seu apetite aparentemente insaciável por alimentos, metais e petróleo será atendido. [...] Na América Latina, ainda está longe o momento em que a hegemonia local passará de Washington para Pequim. Aliás, esse momento provavelmente nunca chegará, dada a proximidade geográfica com os EUA. Mas a influência chinesa está crescendo, especialmente depois que a China percebeu que aqui ela poderá encontrar boa parte do que precisa: minério de ferro, petróleo, cobre, farinha de peixe, frutas, celulose etc.[...] Investimentos chineses também começam a fluir para a região, especialmente para as obras de infraestrutura que garantam o fluxo dos produtos para a China, como em ferrovias e portos (BERTONHA, 2011, p.191).

Aqui cabe destacar, os investimentos vultosos em infraestrutura na quase totalidade dos países sul-americanos na última década, percebe-se a preocupação do governo chinês em ter a América do Sul como parceiro comercial, para poder propiciar o abastecimento de suas linhas de produção, bem como, das necessidades básicas (alimentos) para sua gigantesca população.

De uma forma análoga aos EUA e cômico de suas potencialidades emergentes no contexto mundial, o governo chinês procura por meio de sua publicação “Estratégia Militar da China” (2015, p.1) enumerar seus objetivos estratégicos e responsabilidades para atender aos seus interesses nacionais:

O povo chinês aspira juntar as mãos com o resto do mundo para manter a paz, buscar o desenvolvimento e partilhar a prosperidade. [...] A concorrência internacional para a redistribuição de poder, direitos e interesses tende a se intensificar. Em resposta à nova exigência, vindo de crescentes interesses estratégicos do país, as FFAA vão participar ativamente na cooperação regional e internacional de segurança e efetivamente proteger os interesses da China no exterior. [...] elevar o nível das relações militares com os seus homólogos europeus, continuam os laços militares amigáveis tradicionais com os seus homólogos africanos, americanos e sul do Pacífico latino. [...] extensos diálogos e trocas serão realizadas com FFAA estrangeiras sobre política de defesa, serviços e construção de armas, educação institucional, logística e outros assuntos para promover o entendimento mútuo, a confiança mútua e de aprendizagem mútua (CHINA, 2015, p.1).

Nesse trecho, observa-se logo no início, um discurso na direção da manutenção da paz e do desenvolvimento mundial. Por sua vez, é permeado com uma nítida vontade de uma democratização do poder e em assumir seu papel no cenário internacional, que o far-se-á, se for necessário, por meio de seu poderio militar crescente.

Na visão de Silveira (2011, p.19), a China demonstra claramente que não cometerá o equívoco de pretender ser potência regional e mundial, sem possuir poder militar forte o bastante para garantir essa pretensão.

Um desafio para a integração sul-americana, no tocante a autonomia e desenvolvimento econômico regional frente à concorrência chinesa, segundo Candotti (2014, p.14), está relacionado a implementação de dispositivos governamentais e planejamentos eficazes para possibilitar à competitividade dos produtos sul-americanos. Os investimentos chineses na América do Sul propiciam às empresas chinesas benefícios, incentivos fiscais e incentivos superiores aos regionais, e que dessa forma, impedem a concorrência sul-americana.

Assim, a América do Sul está num impasse comercial, e neste a China ocupa uma posição ambígua. Em alguns momentos os chineses são como parceiros na exploração das matérias-primas e grandes aliados comerciais na compra de *commodities*, mas são adversários, concorrentes na comercialização de manufaturados, e usam táticas comerciais acirradas para ocupar os mercados sul-americanos.

De qualquer forma, a China é uma candidata à superpotência no século XXI, superando, ou, ao menos, igualando o poder dos EUA. Ela tem uma base territorial e demográfica imensa,

dispõe de armas nucleares e forças militares substanciais, sua economia cresce em ritmo acelerado e seu poder cultural e diplomático é expressivo.

Realmente, não se pode precisar em que direção caminhará as relações entre os dois gigantes no futuro. Enquanto a China mantiver em nível modesto as suas ambições militares e aceitar a supremacia militar dos EUA, elas tendem a caminhar para a complementariedade e o acordo. Em contrapartida, se o Estado chinês resolver se equipar de um poder militar proporcional à sua recente situação econômica, e caso haja qualquer contenda quanto ao poderio militar norte-americano, o potencial para se desencadear um conflito se torna maior.

Para Kinge (2015), a ideia de que o atual modelo chinês de capitalismo é superior ao modelo americano e que afeta a relação entre os Estados, é um grande equívoco. Acredita que os EUA devem encorajar e fortalecer o desenvolvimento chinês, pois é do interesse norte-americano que isso ocorra, e vice-versa.

Por fim, é importante mencionar que o MRE, na visão de Soares (2015), não vislumbra qualquer inconveniente nas relações comerciais bilaterais de países sul-americanos com países extrabloco. Na realidade, o fundamental é a prosperidade e desenvolvimento socioeconômico de cada país integrante da UNASUL. No caso brasileiro, afirma que o País não tem como enfrentar o poder econômico das potências mundiais citadas, e sim estabelecer acordos de cooperação, buscando apenas se alinhar a elas.

Assim, após as abordagens feitas nas seções anteriores, a análise do capítulo seguinte, será abrangente e discorrerá sobre a importância da UNASUL nos campos militar e científico-tecnológico, para o Brasil e demais países sul-americanos e vice-versa, bem como, da sua relevância no contexto internacional.

4 A UNASUL E SUAS INFLUÊNCIAS NA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, COM ÊNFASE PARA OS CAMPOS MILITAR E CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO

Os países sul-americanos já há algum tempo procuram por meio de acordos bilaterais ou associações multinacionais com a intenção de superar barreiras políticas, econômicas e sociais, promover a cooperação, a integração regional e reduzir as assimetrias dos Estados.

Com o fim do sistema bipolar, acentuaram-se as chamadas novas ameaças, que desafiam os Estados em relação à segurança de sua população e de seus interesses nacionais.

Assim sendo, formalizou-se a criação da UNASUL em 2008, proporcionando um peso específico maior que a totalidade dos países e relativa participação no cenário internacional.

Nesse contexto, pode-se evidenciar a preocupação do governo brasileiro com a Segurança e a Defesa Nacional, conforme descrito na PND (2012, p. 11):

A PND interessa a todos da sociedade brasileira. Baseada nos objetivos e princípios constitucionais, alinha-se às aspirações nacionais e às orientações governamentais, em particular à política externa brasileira, que propugna, uma visão ampla e atual, a solução pacífica das controvérsias, o fortalecimento da paz e da segurança internacionais, o reforço do multilateralismo e a integração sul-americana (BRASIL, PND, 2012, p. 11).

Assim, far-se-á nas seguintes seções análise da PND e da UNASUL com objetivo de verificar: a importância do desenvolvimento em defesa nos demais setores de desenvolvimento nacional; os avanços nos campos militar e científico-tecnológico, no contexto do Brasil e dos demais países da UNASUL; e por fim, será analisada a importância da UNASUL para complementariedade de capacitações do Brasil, identificando as influências mútua.

4.1 A importância da PND para o desenvolvimento brasileiro

Na visão de Amorim (2013) defender não é suficiente para dissuadir; é fundamental cooperar, sendo este o principal objetivo da política de defesa no entorno brasileiro, inclusive

porque se trata de objetivo constitucional⁵⁸. Com os países vizinhos, está sendo aprofundado a confiança, a transparência e a visão comum dos objetivos de defesa. A defesa da América do Sul é uma responsabilidade dos sul-americanos. É importante que as FFAA aumentem e estendam a cooperação que já tem com suas congêneres sul-americanas. Temos o dever de ampliar essa cooperação às novas áreas, como a da indústria e da alta tecnologia, assim como aos países que até há pouco tempo, não estavam no nosso horizonte, como a Guiana e o Suriname.

O fortalecimento da UNASUL poderá atenuar a tensão entre o requisito da independência em produção de defesa e a necessidade de compensar custo com escala, possibilitando o desenvolvimento da produção em conjunto com outros países da região, de modo a eliminar, progressivamente, a dependência de serviços e produtos importados.

É notório que a integração regional é prioridade para a política externa brasileira, não obstante acrescenta Gonçalves (2015b), que para as expressões do Poder Nacional brasileiro⁵⁹ a integração sul-americana será importante para o desenvolvimento nacional.

No trecho a seguir, verifica-se a preocupação de Mattos (1975, p.104) em resguardar os recursos naturais e interesses nacionais brasileiros, com reflexos negativos para o desenvolvimento, caso essa defesa não seja eficaz:

O desenvolvimento de uma nação da nossa grandeza geográfica provoca, inevitavelmente, interesses contrariados, gera antagonismos e tensões. Teremos que escudar o desenvolvimento nacional em um sistema de segurança militar baseado na estratégia de dissuasão. Nossa estratégia de segurança, se quisermos nos desenvolver tranquilamente, deverá se apoiar em força de dissuasão capaz de desencorajar qualquer pretensão de conter o nosso ritmo, quer pela pressão externa, quer pela desagregação interna a serviço claro ou velado de interesses forâneos (MATTOS, 1975, p. 104).

Em face das limitações de produção, as nações, se defrontam com a escolha de prioridades para a atribuição dos recursos financeiros. Entre as prioridades, Rossetti (2010, p.229) menciona duas que se destacam por sua importância e pelas consequências econômicas,

⁵⁸ O artigo 4º da Constituição Federal (1988) estabelece que "a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

⁵⁹ De acordo com a ESG, são as seguintes expressões: política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológico.

sociais e políticas das escolhas realizadas. A definição entre defesa e desenvolvimento, que traduzem o conflito entre a destinação de recursos para fins militares ou civis.

Um fator que depõe contra a alocação de recursos e desenvolvimento para às questões de defesa no Brasil, segundo Bertonha (2011, p.153), está ligado à baixa probabilidade de envolvimento em um conflito, sendo assim, para a maioria dos civis e seus representantes políticos, não valeria à pena, gastar tempo e energia a respeito.

Para Silva (2014) a guerra convencional⁶⁰ é factível após a Guerra Fria, pois a bipolaridade impediria os países menores de realizarem suas guerras. Atualmente, é mais fácil a realização dessas guerras, ou seja, não deve-se descuidar da proteção dos interesses nacionais.

Afirma-se que os gastos militares destinam-se à segurança e à defesa do Estado frente às ameaças e ao cumprimento de atribuições institucionais. Em suma, Rossetti (2010, p.231) descreve que os gastos com defesa implicam alocação de verbas que, de outra maneira, estariam destinadas a outros setores do governo. Para ele, “o comércio e a guerra, o bem-estar e a segurança, ainda que não mutuamente excludentes, sempre envolveram opções concorrentes”.

Dessa forma, Rossetti (2010, p.235) acredita que atribuiu-se aos gastos com a defesa e a segurança uma visão favorável para o crescimento. Notadamente, pelos avanços tecnológicos trazidos não só pela C&T e P&D⁶¹ de fins militares, mas também pelos efeitos multiplicadores dos dispêndios com defesa sobre todo o sistema industrial. Nesse viés, o LBDN (2012, p.179) descreve que “o MD, como parte do Poder Executivo, interage com outros ministérios na formulação e execução de políticas públicas relacionadas a suas atribuições constitucionais e subsidiárias, por meio de ações que se convertem em benefícios para a sociedade”.

Para Vasconcellos (2015) a estratégia nacional de desenvolvimento motiva e aciona a

⁶⁰ De acordo com o Glossário das Forças Armadas (2007, p.123) é o conflito armado realizado nos padrões clássicos e com o emprego de armas convencionais, podendo ser total ou limitada, quer seja pela extensão da área conflagrada, quer seja pela amplitude dos efeitos a obter. É o propósito da preparação e do adestramento das FFAA da maioria dos países.

⁶¹ As etapas de invenção e inovação são interativas, e isso é percebido pelo aumento das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) nas empresas. Ciência e tecnologia (C&T) não são independentes e têm envolvimento sinérgico. Disponível em: <<http://contrelengenharia.com.br/page001.html>. > Acesso em: 15 jun.2015.

de defesa, que por sua vez, serve de escudo e proteção para a primeira. Com visão econômica, Almeida (2015) afirma que o desenvolvimento em defesa, cerca de 60% do conhecimento adquirido, “transborda” para os demais setores industriais, o inverso é de apenas 20%.

Dentre as orientações da PND (2012, p.32) destaca-se:

Os setores governamental, industrial e acadêmico, voltados à produção científica e tecnológica e para a inovação, devem assegurar o atendimento às necessidades de PRODE seja apoiado em tecnologias sob domínio nacional mediante estímulo dos setores industrial e acadêmico. A capacitação da indústria nacional de defesa, incluído o domínio de tecnologias de uso dual⁶², é fundamental para o abastecimento de PRODE. A integração da indústria de defesa sul-americana deve ser objeto de medidas que proporcionem desenvolvimento mútuo, capacitação e autonomia tecnológicas. O Brasil deverá buscar parcerias estratégicas, visando ampliar o leque de opções de cooperação na área de defesa e as oportunidades de intercâmbio (BRASIL, PND, 2012, p.32, grifo nosso).

De forma a dar visibilidade à sociedade a respeito de suas ações, o LBDN (2012, p.185) descreve o papel da academia, que desempenha singular função junto às instituições do Estado, produzindo conhecimentos e análises que possibilitem quebrar paradigmas.

Assim, incentiva-se a abertura de espaço acadêmico à reflexão sobre defesa e, conseqüentemente, para a criação de condições necessárias às atividades universitárias.

Para aprimorar a pesquisa na área de defesa, o LBDN (2012, p.187) aponta para o Programa Pró-Defesa⁶³, com vistas a contribuir para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, sob a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do MD. Associaram-se em 2005, por ocasião lançamento do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional.

Além dos centros de estudos civis que tratam dos temas de defesa, o MD possui a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Instituto Pandiá Calógeras (IPC), diretamente subordinados. Ademais, possui mais cinco centros⁶⁴ vinculados aos Comandos de Força.

⁶² Segundo Longo (2007, p.115), é aquela que pode ser utilizada para produzir ou melhorar bens ou serviços de uso civil ou militar. Na realidade, é difícil rotular o que é civil e o que é militar na produção de conhecimentos científicos ou tecnológicos.

⁶³ Com os objetivos: implantar redes de cooperação acadêmica na área de Defesa no País; formar recursos humanos em nível de pós-graduação; promover o intercâmbio de conhecimentos na comunidade acadêmica brasileira; estimular parcerias entre instituições de ensino superior, centros de estudos estratégicos e instituições militares de ensino e pesquisa; e promover o diálogo entre especialistas, civis e militares, acerca de assuntos atinentes à Defesa Nacional.

⁶⁴ De acordo com o LBDN (2012, p.186), Centro de Estudo Político-Estratégico da Escola de Guerra Naval; Centro de Estudos

O MD atua em parceria com vários Ministérios, dentre eles, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que segundo Mattioli (2015), visa maximizar os esforços de pesquisa nas instituições científicas e tecnológicos militares, visando o desenvolvimento de tecnologias de ponta para a defesa. Acredita que o governo deve facilitar o financiamento das Empresas Estratégicas de Defesa (EED), para fomentar o desenvolvimento dos PRODE.

O LBDN (2012, p.189) menciona que:

A END estabelece o desenvolvimento da indústria de defesa nacional e a independência tecnológica como diretrizes indispensáveis para o adequado equipamento das FFAA e para o próprio desenvolvimento nacional (BRASIL, LBDN, 2012, p.189).

A independência tecnológica, na visão de Ruivo (2015) é utópica, o que se deve fazer é buscar maior autonomia em determinados setores. Para o desenvolvimento nacional, na visão de Gonçalves (2015c) e de Silva (2015), a solução está na soma vetorial dos setores envolvidos e tem que haver uma convergência das estratégias de desenvolvimento em comum.

De acordo com o LBDN (2012, p.190), a parceria entre o MD e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), realiza levantamento da Base Industrial de Defesa⁶⁵ (BID), para diagnosticar as capacidades deste importante setor da economia nacional. Esse trabalho é de fundamental importância para o estabelecimento de políticas de incentivo à indústria nacional. A BID congregou até o ano de 2014, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança - ABIMDE (2014), cerca de 220 empresas⁶⁶.

Para que haja um desenvolvimento industrial progressivo é importante, principalmente nas EED, que as tecnologias embarcadas nos PRODE, tenham o uso dual, que de certa forma garantem a continuidade das encomendas e exportações, detém elevado conteúdo tecnológico,

do Corpo de Fuzileiros Navais; Centro de Estudos Estratégicos do Exército; Centro de Estudos Estratégicos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; e Centro de Estudos Estratégicos da Universidade da Força Aérea. Esses centros contribuem para a sinergia entre a Defesa, o meio acadêmico e outros setores da sociedade por meio de cursos, simpósios, conferências, seminários, congressos e outras atividades relacionadas a temas da Defesa Nacional.

⁶⁵ Segundo a ABIMDE (2014), a BID é estruturada em forma piramidal da seguinte forma (base > topo): universidades e instituto militares de ensino - base; centros de pesquisa e desenvolvimento; empresas de infraestrutura e indústria de base; empresas de defesa (industriais e serviços); e EED - topo.

⁶⁶ Ibidem, possibilitando 60 mil empregos diretos e 240 mil indiretos, e US\$ 4 bilhões em exportações.

proporcionam um efeito catalisador de impacto na economia nacional, proporcionando ganhos, são eles: geração de emprego; visibilidade interna e externa; capacitação; transferência de tecnologia; redução de custos; e desenvolvimento da indústria nacional (nacionalização).

Para Rossato (2015) a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) é um bom exemplo de emprego de tecnologia dual, que vem apresentando resultados positivos na aviação civil e militar, como por exemplo, é o caso das aeronaves AMX e o recente KC-390.

No sentido de incrementar o desenvolvimento nacional, Reis (2014, p.34) acredita que deve-se buscar, além das três autonomias seculares (alimentar, energética e militar), a autonomia do conhecimento, que também parece ser um bom caminho.

Nesse viés, Silva (2015) menciona que “os líderes das nações devem promover programas educacionais que coloquem os países competitivos e no nível dos melhores do mundo”. Segundo Silva (2015), que foi um dos fundadores da EMBRAER, as estratégias iniciais da Empresa já contemplavam os investimentos em educação e treinamento da força de trabalho e, a inovação em novas tecnologias para vencer a concorrência internacional.

Assim, verifica-se que a base do desenvolvimento nacional, em todos os setores da sociedade, está fundamentada na obtenção, manutenção e na transmissão do conhecimento ao longo do tempo, que só é factível no caso do Brasil, por meio das universidades e institutos militares de ensino, bem como, dos institutos científicos-tecnológicos das FFAA.

Para se ter uma visão de futuro em desenvolvimento nacional, far-se-á necessário não descuidar da adequada dotação orçamentária, dos incentivos a programas de pesquisa e desenvolvimento e da manutenção do bem intelectual.

Na próxima seção, serão apresentados os avanços da PND, com ênfase para os campos militar e científico-tecnológico, no sentido de fomentar a consciência situacional para integração sul-americana.

4.2 A PND e seus avanços e vulnerabilidades nos campos militar e científico-tecnológico

Apenas com o atento acompanhamento da sociedade, e com sua contribuição indispensável, a PND estará à altura do País cada vez mais forte, justo e democrático que desejamos construir (BRASIL, LBDN, 2012).

A mensagem do então Ministro de Estado da Defesa do Brasil, no entendimento deste autor quis dizer: o Brasil será tão seguro, quanto a sua sociedade quiser.

Ao iniciar a análise, considera-se necessário destacar outro trecho da PND (2012, p.12):

Um dos propósitos da PND é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira da importância da defesa do País e de que esta é um dever de todos os brasileiros (BRASIL, PND, 2012, p.12).

Dentro desse contexto e de forma singular, é importante evidenciar que pensar em defesa é uma tarefa de todos, e que qualquer falha nesse sentido, trará consequências para todos.

O Brasil não tem inimigos no presente, em um pensamento atual, Bertonha (2011, p.158) alerta que, para não possui-los adiante, é necessário manter a paz e preparar-se para a guerra.

Assim, feita a contextualização para facilitar o entendimento na seção, doravante, os campos militar e científico-tecnológico no Estado brasileiro serão abordados em separado.

a) Campo militar:

A Presidente do Brasil, no LBDN (2012), traz um alerta para com a soberania:

Para elevação da estatura internacional do Brasil no século XXI já é uma realidade. Um Brasil desenvolvido e com presença externa cada vez maior necessitará de adequada capacidade militar dissuasória. Empenhado na construção de uma ordem global mais pacífica e próspera, o Brasil não pode descuidar da Defesa (BRASIL, LBDN, 2012).

A Defesa Nacional, conforme o LBDN (2012, p.27), é descrita como “o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”. E possui 11 objetivos para aplicação por parte das FFAA brasileiras.

Nesse sentido, é importante destacar o pensamento de Pesce (2011, p.71):

O Brasil já ultrapassou o estágio de simples potência regional, tendo-se tornado uma potência média com interesses de âmbito mundial. [...] as FFAA brasileiras deverão ser capazes não só de dissuadir possíveis ameaças ao Brasil e de defender o território, o espaço aéreo e as águas sob jurisdição nacional, mas também de projetar o poder e a influência do País no exterior. O Brasil certamente necessitará de uma verdadeira Marinha oceânica, de um Exército com capacidade expedicionária e de uma Força Aérea com capacidade de pronta resposta a longas distâncias (PESCE, 2011, p.71).

A PND visando aumentar a projeção do Brasil no sistema internacional e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, de acordo com o LBDN (2012, p.56) estimula ações que objetivam:

- intensificar o intercâmbio com as FFAA de outras nações, particularmente com as da América do Sul e da costa ocidental da África, [...] além de parcerias tradicionais; intensificar sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais; e dispor de projeção de poder, visando à eventual participação em outras operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (BRASIL, LBDN, 2012, p.56).

A preocupação com a educação, no âmbito militar, torna-se fundamental não apenas nos centros de estudos citados no item 4.1, mas também na formação, por meio das escolas militares das FFAA, reconhecidos centros de excelência em matéria do saber no Brasil. O intercâmbio dessas escolas militares com suas homólogas estrangeiras, em especial com países sul-americanos, além da troca de informações, contribui para o fortalecimento da confiança-mútua.

As FFAA brasileiras mantêm uma série de atividades de intercâmbio e cooperação com outros países, destacando-se: o apoio na formação da Marinha de Guerra da Namíbia, São Tomé e Príncipe e em Suriname (futuramente), bem como, a Cooperação Militar Brasileira e a Missão Técnica Aeronáutica, ambas no Paraguai.

O número de militares sul-americanos no Brasil (2001-2011), segundo o LBDN (2012, p.109) para desempenho de atividades ligadas à educação nas FFAA, são 1777 militares. E o de militares brasileiros atuando nos demais países sul-americanos (2001-2011), é de 334 militares. Para o adestramento das FFAA brasileiras e sul-americanas, no período de 2010/2011, foram realizadas 22 operações (binacionais e multinacionais). Assim, observa-se a crescente

aproximação e confiança entre os Estados, do interesse mútuo pela troca de informações e experiências, e em conhecer como se dá o preparo e o emprego dos militares na América do Sul.

Cabe também destacar a integração dos países sul-americanos (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) no Atlântico Sul desde 1966, por meio do Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS), cuja a finalidade é coordenar as ações dos países sul-americanos, inerentes à direção, ao controle e à proteção do tráfego marítimo continental, a fim de contribuir para assegurar o uso das vias de comunicações marítimas de interesse.

No tocante à participação do Brasil em missões de paz⁶⁷, que já ocorre desde 1947, cabe mencionar que o País já contribuiu com mais de 30 mil militares e policiais, distribuídos em 13 missões de paz, sendo onze sob o mandato da ONU e duas da OEA.

Segundo o LBDN (2012, p.36), o Estado brasileiro tem argumentado que:

As operações de manutenção da paz devem apoiar-se sobre quatro elementos: segurança, fortalecimento institucional, reconciliação nacional e desenvolvimento. O equilíbrio entre esses elementos é uma das prioridades brasileiras, tanto no debate conceitual que resulta na elaboração das diretrizes da ONU sobre o tema, quanto na atuação das forças brasileiras nessas missões (BRASIL, LBDN, 2012, p.36).

A atuação brasileira em missões de paz tem-se distinguido pelo empenho na reconstrução dos países em bases social e economicamente sustentáveis. Para possibilitar a preparação de militares e civis, tanto brasileiros quanto estrangeiros, para atuar em operações de paz e desminagem humanitária, de acordo com o LBDN (2012, p.67) o Brasil possui o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), que integra as FFAA, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros. Essa integração vem favorecendo a sinergia de esforços desses profissionais nas missões de paz multidimensionais.

⁶⁷ Integrou operações na África (Congo, Angola, Moçambique, Libéria, Uganda, Sudão), na América Central e Caribe (El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Haiti), na Ásia (Camboja, Timor-Leste) e na Europa (Chipre, Croácia). O Brasil cedeu tropas em Suez (UNEF), Angola (UNAVEM), Moçambique (ONUMOZ), Timor-Leste (UNTAET/UNMISSET), Haiti (MINUSTAH) e, mais recentemente, no Líbano (UNIFIL). Dados computados até 2012.

No sentido de fomentar a interoperabilidade das FFAA, compete ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) assessorar o Ministro da Defesa e elaborar o planejamento do emprego conjunto das FFAA em operações e exercícios conjuntos, na atuação das FFAA em operações de paz, nas operações de ajuda humanitária/desastres naturais e assistências-hospitais e em outras atribuições que forem necessárias. Para exemplificar, as FFAA também atuam contra delitos na faixa de fronteira⁶⁸ terrestre, no espaço aéreo, no mar e nas águas interiores, conforme as atribuições específicas da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

Para integrar as informações de interesse comum com vistas à Defesa Nacional, em 2002, foi instituído no âmbito do MD e das FFAA, o Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE), com o objetivo de coordenar as ações de planejamento e execução da atividade de inteligência de defesa, com a finalidade de resguardar os interesses nacionais.

A atuação das FFAA em ações subsidiárias e complementares, propiciam sua participação diretamente junto aos segmentos da sociedade. São exemplos dessa atuação: o emprego da engenharia do Exército na construção de estradas, ferrovias, pontes e açudes; a evacuação aero médica em regiões longínquas realizada pela Força Aérea; e o apoio de saúde prestado pelos navios-hospitais da Marinha. Ainda, o apoio humanitário em ocorrências de sinistros e calamidades, como queda de aeronaves, afundamento de embarcações, enchentes, deslizamentos ou secas prolongadas.

b) Científico-tecnológico:

Ao iniciar, faz-se mister destacar o trecho mencionado por Bertonha (2011, p.14):

De qualquer forma, a partir do século XX é indiscutível que CT&I se tornaram estratégicas para qualquer país, pois são essenciais para garantir a superioridade bélica, sem a qual nenhum poder é, de fato, efetivo (BERTONHA, 2011, p.14).

⁶⁸ Acordo Lei Complementar nº 136, de 2010, cabe às FFAA, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de: patrulhamento; revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e prisões em flagrante delito.

Nesse contexto, Heck (2014) acrescenta que a história não registra nenhum polo de poder político, econômico e militar que tenha se estabelecido com base em tecnologias importadas, ainda, menciona que 80% das tecnologias atualmente em uso, foram desenvolvidas após a Segunda Guerra Mundial.

Assim, Bertonha (2011, p.132) diz que o progresso no século XXI, caminha para a entrada na era da tecnologia, da terceira (ou quarta) revolução industrial. A educação e a ciência serão fundamentais para o aumento da produtividade e para a construção de uma consciência cidadã, das quais o Brasil tanto necessita. Aponta no sentido de que um investimento grandioso em educação, ciência e conhecimento, é a única forma de modificar o País a longo prazo. Nesse viés, Reis (2011) descreve o atual século XXI como a “Era do Conhecimento”. Acredita que os avanços da inovação, resultados das pesquisas desenvolvidas em ciência e seus desdobramentos tecnológicos, tendem a aprofundar as diferenças entre os Estados.

Para Brick (2014, p.13) a capacidade militar é baseada em 2 aspectos: recursos estratégicos e capacidade de transformação desses recursos em eficácia no combate. Ainda, menciona que três componentes constituem os recursos estratégicos: a) orçamentos de defesa; b) instalações, efetivos militares (quantidade e qualidade), meios de combate e de apoio logístico, que se resumem nas FFAA; e c) instituições de P&D, de Teste e Avaliação e a BID. Assim, verifica-se que as FFAA e o complexo industrial, científico e tecnológico, juntos, são fundamentais para possibilitar as FFAA o cumprimento de sua missão constitucional.

Para atender as necessidades apontadas acima, as FFAA possuem suas respectivas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT), para executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico.

Dentre as quais, a Marinha possui os seguintes ICT (áreas de conhecimento):

Secretaria de Ciência e Tecnologia da Marinha – SecCTM (propriedade intelectual); Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – CTMSP (nuclear); Instituto de Pesquisas da Marinha – IPqM (guerra eletrônica, armas, acústica submarina, sistemas digitais,

controle e automação, ergonomia, metrologia e qualidade, nanotecnologia, materiais e sistemas inerciais); Centro de Análise e Sistemas Navais – CASNAV (algoritmos e sistemas aplicáveis à segurança da informação, criptologia e desenvolve sistemas de informação para apoio administrativo); Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira – IEAPM (acústica submarina, biotecnologia marinha, ciência ambiental, ecologia marinha, engenharia oceânica e submarina, física, oceanografia química, biológica e acústica); Centro de Hidrografia da Marinha – CHM (informações ambientais, meteorologia marítima, cartografia náutica, observações oceanográficas); Hospital Naval Marcílio Dias – HNMD / Instituto de Pesquisa Biomédica – IPB (curativo biológico); Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais – CTecCFN (veículo aéreo não-tripulado – VANT) (SANTOS, 2015a).

No Exército, o Centro Tecnológico do Exército (CTEx) é a organização militar responsável pela pesquisa e o desenvolvimento de PRODE de interesse da Força Terrestre.

Dentre os principais projetos em desenvolvimento, destacam-se:

Viatura Leve de Emprego Geral Aerotransportável; Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas Categoria Experimental; Simulador De Tiro De Armas Leves; Viatura Leve de Emprego Geral Aerotransportável; Simulador de Helicópteros Esquilo e Fenec; Torre Operada Remotamente E Estabilizada Para Canhão 30 mm; Reparo De Metalhadora Automatizado X; Rádio Definido por Software; Radar SENTIR M20; Radar SABER M200; Míssil Superfície-Superfície 1.2 AC; Morteiro Leve Antecarga 60 mm; Monóculo OLHAR VDN - X1; Míssil Tático de Cruzeiro AV-TM 300; e Foguete Guiado Av-Ss 40 G (BRASIL, CTEx, 2015).

A Força Aérea, possui os seguintes ICT (áreas de conhecimento):

Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE (aeroespacial, veículo lançador de satélite - VLS, de foguetes de sondagem e do veículo aéreo não tripulado); Instituto de Estudos Avançados – IEAv (propelentes líquidos e combustão supersônica); Instituto de Fomento e Coordenação Industrial – IFI (normalização, metrologia, certificação, propriedade intelectual, transferência de tecnologia e coordenação industrial) (BRASIL, LBDN, 2012, p.152).

Assim, o MD tem estabelecido contatos com as indústrias nacionais de defesa, segundo o LBDN (2012, p.189), por meio de órgãos como a ABIMDE e as Federações das Indústrias. A Associação é uma fundação civil sem fins lucrativos, com a tarefa de congregar, representar e defender os interesses das empresas associadas, contribuindo na formulação de políticas públicas de defesa. Fazem parte do portfólio empresarial brasileiro os seguintes PRODE:

Navios; submarinos; carros de combate; viaturas blindadas; aeronaves/VANT; sistemas de armas; munições; armas e munições não-letais; sistemas de comando, controle, comunicações e navegação; e desenvolvimento nuclear (ABIMDE, 2014).

O Brasil, segundo o LBDN (2012, p.52) busca otimizar a obtenção de tecnologia nos

países mais desenvolvidos, o perfil das nações que compõem o grupo IBAS⁶⁹ e o BRICS⁷⁰ demonstra que há cooperação entre países em desenvolvimento, mesmo em áreas de tecnologias avançadas. Assim, pode-se citar o Programa Míssil Ar-Ar com a África do Sul, a cooperação na área espacial com a Rússia, o programa CBERS com a China e o projeto do avião 145 da EMBRAER com radar indiano, um embrião para cooperação com a Índia na área de defesa.

Segundo a ABIMDE (2014) a partir da publicação dos marcos regulatórios, tais como: PND, Política Nacional de Indústria de Defesa (PNID), END, LBDN, ocorreu a aproximação da sociedade à discussão de defesa, bem como, a diminuição progressiva da dependência externa em Produtos Estratégicos de Defesa (PED). Com a vigência da Lei nº 12.598/2012⁷¹, que visa eliminar a distorção de impostos entre o PRODE nacional e o importado, resgatando a competitividade das empresas nacionais, foi possível a melhoria da qualidade tecnológica dos produtos e aumento da competitividade da BID brasileira.

Também observou-se, que a partir desses marcos, houve aumento da entrada de grandes empresas no setor de defesa, por meio da fusão com empresas menores e que, tradicionalmente, fazem parte da BID.

Quanto aos sistemas de monitoramento e controle que o Brasil dispõe, que são fundamentais para a defesa, pode-se mencionar o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), a quem cabe prover os meios necessários para o gerenciamento e controle do espaço aéreo e para a prestação dos serviços de navegação aérea. Fazendo uso da mesma infraestrutura de vigilância e telecomunicações do SISCEAB, o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA) tem como órgão central o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), cuja tarefa é assegurar o exercício da soberania no espaço aéreo brasileiro. A

⁶⁹ Criado em 2003, o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul.

⁷⁰ Criado em 2009, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

⁷¹ É um Regime Especial Tributário para as Indústrias de Defesa (RETID) que estabelece normas especiais para as compras, contratações de produtos e de sistemas de defesa e desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa.

Amazônia Legal dispõe do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), que é uma organização de produção e veiculação de informações técnicas, através de uma base tecnológica e uma rede institucional, visando à proteção, à inclusão e ao desenvolvimento sustentável da região.

A END destacou três setores como estratégicos (Comando de Força): o nuclear (Marinha), o cibernético (Exército) e o espacial (Força Aérea). Com a finalidade de priorizar a capacitação científica e tecnológica do País e preparar os recursos humanos.

O Brasil desenvolveu, com conhecimento próprio, a tecnologia nuclear e, atualmente, está incluído entre os principais países que a dominam, destacando-se as aplicações em geração de energia e nas áreas médica e industrial, ambas as aplicações para uso dual.

A implantação do setor cibernético possibilita ter confidencialidade, integridade e autenticidade aos dados que trafegam nas redes, os quais são processados e armazenados. O Centro de Defesa Cibernética do Exército integra esforços com as demais organizações governamentais existentes, e busca: multidisciplinaridade e dualidade das aplicações; fomentar a BID; e induzir a indústria nacional a produzir sistemas inovadores e componentes críticos nacionais.

No setor espacial, segundo Sá (2015), o Veículo Lançador de Satélite é o principal projeto espacial e requer maior investimento. E por meio dele, permitirá o desempenho dos sistemas dependentes da rede satelital. A utilização do espaço por meio de satélites é uma necessidade estratégica, em tempo de paz e, principalmente, em operações de segurança nacional.

Para Delgado (2015) é fundamental que as ICT, mesmo na fase de planejamento de novos projetos de ciência-tecnologia, procurem evidenciar o emprego dual, visando o maior aporte de recursos financeiros e financiamento das EED.

Nesse sentido, o LBDN (2012, p.209) relaciona os projetos com tecnologia dual nos setores estratégicos. O nuclear prevê a construção de usina de enriquecimento de urânio, para uso pacífico, em escala industrial; e capacidade de produção de combustível nuclear na busca da autonomia das centrais nucleares nacionais. O espacial abrange os três sistemas de

monitoramento e controle (SISCEAB, SISFRON e SisGAAz⁷²), que possibilitarão a obtenção de novas tecnologias neste setor. E o cibernético contempla a implantação do Centro de Defesa Cibernético que contribuirá para elevar a segurança e a capacidade de atuar em rede tanto na área militar quanto em diferentes setores do governo e da sociedade.

Assim, o LBDN (2012, p.194) para dar transparência à sociedade, relacionou os efeitos positivos a partir da implantação do Programa de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED) nas cinco expressões do Poder Nacional, em destaque (militar e científico-tecnológico):

- militar: aumento do poder dissuasório do país, evitando-se ações adversas por parte de outros Estados; maior cooperação com FFAA vizinhas; e contribuição na prevenção e combate às novas ameaças, bem como combate ao narcotráfico, ao contrabando de armas, aos ilícitos transfronteiriços e ao crime organizado.
- científico-tecnológico: capacidade de projetar, desenvolver e fabricar sistemas, materiais, componentes e equipamentos nucleares e convencionais com uso de tecnologia dual; emprego de recursos de tecnologia da informação e de comunicações para atividades como telessaúde e ensino a distância; integração de universidades e institutos/centros de tecnologia e pesquisa militares no desenvolvimento e absorção de tecnologia sensível; capacitação da indústria nacional, mediante a transferência de tecnologia; nacionalização de sistemas, equipamentos e componentes; desenvolvimento na construção de navios, aeronaves e viaturas blindadas de alta complexidade, permitindo a concepção de projetos nacionais e a construção no País; e criação de um novo polo industrial regional, na futura região da Segunda Esquadra, com o desenvolvimento da indústria naval, o impulso à construção civil, a implantação de empresas de alta e média tecnologias e o incremento substancial do setor de comércio (BRASIL, 2012, p.194).

Verifica-se que o Brasil através das expressões militar e científico-tecnológico, após a criação do MD e da formulação da PND, vem avançando na consecução dos objetivos, tanto na participação em missões militares no País e no exterior, quanto na projeção dos PRODE com bagagem tecnológica, proporcionando um efeito catalisador no desenvolvimento nacional, no fortalecimento de seu poder de dissuasão e na cooperação com seu entorno estratégico.

Por fim, na seção seguinte, serão apresentados os avanços da UNASUL e de seus países membros, com ênfase para os campos militar e científico-tecnológico, no sentido de contribuir para a coesão sul-americana e com o Brasil.

⁷² SISFRON – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Exército); SisGAAz - sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Marinha).

4.3 A UNASUL e seus avanços nos campos militar e científico-tecnológico

Para facilitar o entendimento inicial desta seção, os campos militar e científico-tecnológico, nos demais países-membros da UNASUL serão abordados em separado.

a) Campo militar:

A UNASUL, em seu tratado constitutivo, menciona que a organização tem como objetivo construir de maneira participativa e consensual, um espaço de integração e união entre os povos sul-americanos. E tem como um de seus objetivos específicos, o intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa.

Assim, percebe-se que a troca de informação e de experiências a muito já ocorre no contexto sul-americano, conforme mencionado na seção anterior. Verifica-se o grande interesse em realizar intercâmbios, não só nas Escolas Militares de formação e aperfeiçoamento, como em Escolas de Altos Estudos Militares.

Outra oportunidade para troca de experiências, foi a criação do CEED, que possibilitou a geração de conhecimento e difusão de um pensamento estratégico, em termos de defesa e segurança. Tendo como objetivos a identificação de desafios, fatores de risco e ameaça, oportunidades e cenários prospectivos para a defesa e a segurança regional e mundial.

O CEED, abrange inúmeras atividades, que são distribuídas em eixos, dentre eles o de Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz, que para 2015 prevê: a realização de um exercício combinado regional, sobre Operações de Manutenção da Paz, denominado “UNASUR V”; desenvolver a capacidade na área de treinamento em Medicina Operativa por meio de um seminário internacional; e realizar um simpósio sobre os desafios sul-americanos em operações de paz.

A recente ESUDE é um centro de altos estudos do CDS para articulação das iniciativas nacionais dos Estados-membros para a formação e capacitação de civis e militares em matéria

de defesa e segurança regional a nível político-estratégico. A Escola promoverá a vinculação académica e intercâmbios com institutos oficiais similares. De forma a proporcionar maior integração, os países da UNASUL podem apresentar cursos no marco da ESUDE.

No tocante ao objetivo estabelecido na UNASUL, que aponta para gerar consensos no fortalecimento da cooperação regional em matéria de defesa, irá ocorrer naturalmente, a partir do momento em que os países sul-americanos busquem aprofundar suas medidas de confiança-mútua, como por exemplo, na intensificação de exercícios militares binacionais/multinacionais.

A cooperação em todas as expressões, entre os países sul-americanos, gera entendimentos e uma identidade própria, com vistas as formas de atuação dos países em missões de paz e ações em prol da segurança.

A contribuição dos países da região às missões de paz da ONU fomentou a necessidade da criação de uma organização regional que propiciasse o intercâmbio de conhecimentos na área. Nesse contexto, almejando o desenvolvimento latino-americano na área de Operações de Paz, foi criada, por iniciativa da Argentina, a Associação de Centros Conjuntos de Treinamento para Operações de Paz – ALCOPAZ. Essa Associação é constituída pelos centros de treinamento para missões de paz dos países latino-americanos e do Caribe.

A partir desse esforço integrado a nível regional, a Associação materializou a relevância da participação regional em missões de paz sob a égide da *International Association for Peace Training Centers* - IAPTC, formada por centros conjuntos e institutos especializados da América Latina e Caribe (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai) e por países observadores de outras partes do mundo.

O índice de participação das FFAA sul-americanas em missões de paz da ONU é um fator que reitera este empenho e postura conjunta. A região apresenta uma elevada participação, correspondendo a 95% do total das tropas em operações de manutenção de paz.

Para Calazans (2012, p.519) nos últimos anos, a América do Sul observou o surgimento de

um projeto inédito na região, a criação de forças combinadas binacionais, visando uma maior eficácia de atuação nas operações de paz e o estreitamento de relações entre seus países, em 2007, foi criada a “*Fuerza de Paz Conjunta Combinada - Cruz del Sur*”⁷³. Trata-se de uma força de paz conjunta combinada, constituída por meio de parceria entre Argentina e Chile, e se aplica a todos os componentes: terrestre, naval, aéreo, hospital militar e companhia de engenharia.

Em 2008, de acordo com a Argentina (2015), foi criada a Companhia de Engenharia “*Libertador Don José de San Martín*”, que constitui uma Força Paz Combinada Binacional (Argentina – Peru). Para atuar à disposição da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH). A Companhia de Engenharia contribui para distribuição de água, melhoria da infraestrutura das vias públicas, escolas e postos médicos da população haitiana.

De forma pioneira, segundo o CCOPAB (2015), o Centro enviou à Colômbia sua equipe móvel de treinamento para ministrar curso, para 26 oficiais e 01 civil, que exerceram funções de Estado-Maior em missões de paz.

Assim, verifica-se mais uma possibilidade para contribuir para integração regional, a partir do momento que um determinado país procure a complementariedade em outro, que por sua vez, não possua tal especificidade.

b) Científico-tecnológico:

Ao iniciar esta seção é conveniente destacar o pensamento de Carvalho (2014, p.74):

A ciência e a tecnologia apresentam parte nessa empreitada e possuem um papel chave na integração da região. O estímulo à produção de cooperação internacional nessa área, abrange, sobretudo, o fazer universitário e os centros de pesquisa, deve ser visto como fator possibilitador e difusor das políticas públicas para o desenvolvimento regional (CARVALHO, 2014, p.74).

Dessa forma, percebe-se a preocupação com a base do desenvolvimento tecnológico, que é

⁷³ Segundo Argentina (2015), a Força de Paz tem funções: proporcionar presença da ONU numa área de crise; prevenir à escalada da violência; assistir, monitorar ou facilitar um cessar fogo; (4) assegurar uma área que permita a implantação de outras forças da ONU; proporcionar “áreas de segurança” a pessoas e grupos cujas vidas estejam em perigo pelo conflito; (6) assegurar operações de ajuda humanitária; e colaborar nas atividades específicas que requeira reforço da segurança.

iniciada nas universidades e centros de pesquisa, que uma vez bem solidificada, passa a dar lugar a fortes políticas públicas, indispensáveis para o desenvolvimento sul-americano.

O tratado constitutivo da UNASUL, incentiva os países-membros a realizarem:

A integração industrial e produtiva, com destaque para as pequenas e médias empresas, sendo cooperativas ou em redes. O importante é definir e implementar políticas e projetos comuns, ou até mesmo, complementares, abrangendo pesquisa, inovação, transferência e produção tecnológica, com vistas a incrementar a capacidade, a sustentabilidade e o desenvolvimento científico e tecnológico próprios (BRASIL, 2015e).

A integração das indústrias de defesa sul-americanas deve ser objeto de medidas que proporcionem desenvolvimento mútuo, bem como capacitação e autonomia tecnológica.

Para Santoro (2014, p.63), isso significa um desenvolvimento sustentável, o investimento na criatividade do povo de cada país, já que o retorno é sem dúvidas muito maior e existem muitos exemplos para comprovar isso. Simplesmente afirmar que "é muito dispendioso", significa abdicar da independência futura em ciência e tecnologia e, conseqüentemente, também renunciar à instalação de indústrias de alta tecnologia.

O estabelecimento de uma BID sul-americana é um objetivo primordial para o Brasil, conforme descrito na END. A cooperação dos países da América do Sul, em projetos industriais, tem aumentado nos últimos anos.

Portanto, verifica-se exemplos de parcerias e projetos de ciência e tecnologia realizados ou em desenvolvimento, de interesse comum na América do Sul:

- a Colômbia através de sua empresa COTECMAR, vendeu ao Brasil em 2014, 04 Lanchas-Patrolha Fluvial (LPR-40), para a fiscalização nos rios na região amazônica; a COTECMAR e a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) firmaram convênio para a construção de um Navio-Patrolha amazônico; a EMBRAER certificou a Corporação da Indústria Aeronáutica da Colômbia (CIAC), a primeira autorizada na América Latina para a manutenção e modernização da oficina de aeronaves de treinamento e ataque Tucano (T-27), que poderá apoiar outras aeronaves pertencentes ao Argentina, Brasil, Colômbia, Honduras, Paraguai, Peru e Venezuela; em outubro de 2014, a Argentina e o Brasil firmaram um acordo de cooperação, denominado Aliança Estratégica em Indústria Aeronáutica (AEIA), com objetivo de integrar os setores indústrias de defesa dos países. Na ocasião, a Argentina demonstrou interesse em adquirir os caças suecos Gripen NG, que serão fabricados no Brasil; a Marinha do Equador recebeu do estaleiro ASMAR Talcahuano do Chile seu submarino Tipo 209 (SS-102 Huancavilca), em outubro de 2014. Com esta entrega foi terminado o projeto

Albacora, que contemplou a modernização dos dois submarinos tipo 209 nesta base industrial; e o Brasil em 2013 autorizou a doação de 25 tanques leves do Exército para o Uruguai, em atenção ao acordo entre os dois países (JIMÉNEZ, 2015).

Dessa forma, pode-se afirmar que pela diversidade, complexidade e potencialidade dos serviços e manutenções realizadas entre os países sul-americanos, de certa forma, denota uma considerável confiança-mútua na América do Sul.

Sob a perspectiva de intensificar as parcerias estratégicas nas áreas nuclear, cibernética e espacial com as nações sul-americanas, a Argentina tem apresentado inovações e desenvolvimento nessas áreas.

O Brasil e o Peru, segundo Santos (2015b), têm parceria firmada com a empresa estatal argentina INVAP, para a construção de reatores nucleares de multipropósito. E atualmente, a empresa está desenvolvendo um reator nuclear de 100MW, denominado “KAREN-10”.

No setor cibernético, o Brasil formulou em novembro de 2013, por meio do então Ministro de Estado da Defesa, convite para que as FFAA argentinas enviassem oficiais e praças para a realização de cursos de guerra cibernética nos próximos dois anos.

Alguns países sul-americanos estão avançados em sistema de comando e controle. A Argentina (satélite de comunicação e observação), Bolívia (satélite de observação), Chile (satélite de observação) e Venezuela (satélite de comunicação e observação), acordo Sá (2015), são países que possuem sua própria rede satelital.

Acredita-se que ainda este ano, segundo Lino (2015), deverá ser lançado ao espaço o primeiro protótipo do foguete lançador de satélites argentino - Tronador II. Fruto do projeto que integra o bem sucedido programa espacial, o foguete deverá colocar a Argentina no seleto clube dos dez países do mundo que detêm tal tecnologia.

O Brasil por se encontrar defasado em sistemas satelitais, segundo o LBDN (2012, p.49), já possui projetos em curso, como o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), o satélite de sensoriamento remoto - Amazônia-1, os satélites

oceanográficos - SABIA-Mar, que estão sendo desenvolvidos justamente em parceria com a Argentina e, os satélites de coleta de dados ambientais.

No caso dos atuais PRODE brasileiros, segundo a ABIMDE (2015), a aeronave KC-390 (construída pela EMBRAER, com componentes da fábrica argentina FAdA) já possui encomendas dos vizinhos sul-americanos (Argentina e Chile – 6 UN/cada, Brasil – 28 e a Colômbia – 12); e no caso do VBTP “Guarani”, argentinos e chilenos demonstraram interesse em adquirir.

Em relação aos PRODE idealizados no CDS, a aeronave de treinamento - UNASUR-1 e o Veículo Aéreo Não-Tripulado – FALCÃO, ambos possuem encomendas na América do Sul. Tais projetos, foram projetados por quatro países sul-americanos.

Assim sendo, com os exemplos mencionados, percebe-se a iniciativa dos países sul-americanos, em buscar por intercâmbios militares entre as FFAA, aproveitar-se da abundância de recursos naturais e de tecnologias desenvolvidas nacionalmente e no contexto regional, e com uso dual, para que gradualmente, permita minimizar a defasagem tecnológica de seus produtos militares.

4.4 A importância da UNASUL para complementariedade de capacitações para o BRASIL

Apenas para reflexão, trecho escrito pelo Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, que enfatiza a importância das FFAA para o seu País:

Numa era de orçamentos limitados e de incerteza, acreditamos que somos uma apólice de seguro com um preço razoável. E a história mostra qual é o preço de não subscrever essa apólice de seguro (DUNFORD, 2015, p.27).

Ao iniciar a análise desta seção, é importante mencionar o caráter estratégico dos países sul-americanos na concepção dos interesses norte-americanos, na visão de Bandeira (2008, p.12) é evidenciada no trecho a seguir:

A Segunda Guerra Mundial evidenciou a importância da América do Sul na estratégia dos EUA, que necessitavam não apenas assegurar as fontes de matéria-prima – ferro,

manganês e outros minerais indispensáveis à sua indústria bélica – como também manter a segurança de sua retaguarda e do Atlântico Sul (BANDEIRA, 2008, p.12).

Nesse sentido, em relação a importância dos países sul-americanos, Forti (2013, p.4) menciona que a natureza dessa estratégia, está relacionada a um conjunto de fatores, entre os quais destaca-se:

- física e disponibilidade de suprimentos, e determina sua vez incidente aparecimento de conflito em torno da sua escassez; o valor econômico do recurso, também representa uma fonte potencial de conflito; o seu valor como um "ativo estratégico", isto é, a única propriedade do recurso, essencialidade para sustentar a vida e item de categoria aplicações-chave para o mundo de hoje, tanto para defesa e militar como civis, para os quais o recurso específico não tem substitutos razoável disponível (FORTI, 2013, p.4).

Assim, dentre os desafios e vulnerabilidades a serem ultrapassados no contexto sul-americano, contrastando com suas potencialidades estratégicas e ausência de contendidas na região, surge uma possibilidade para ascensão da UNASUL, que exigirá uma maior doação dos países-membros, no sentido de construção de uma América do Sul coesa, com maiores índices de desenvolvimento e redução de desigualdades.

Para Bertonha (2011, p.200), não resta dúvida de que:

O sistema de poder internacional do século XXI não será o do XVIII ou do XX e que as forças transnacionais e não estatais serão cada vez mais importantes na sua formação. [...] Ao mesmo tempo, Estado-nações continuarão a ascender e outros decairão em termos de poder, pelo que haverá um inevitável reequilíbrio de forças dentro do mundo (BERTONHA, 2011, p.200).

No viés da consolidação da integração sul-americana e de seu posicionamento no contexto mundial, o LBDN (2012, p.16) descreve que a estratégia da política externa brasileira, que considera o diálogo e a cooperação internacionais, ferramentas fundamentais para vencer os obstáculos e para a aproximação e o fortalecimento da confiança entre os Estados.

No tocante à complementariedade no campo científico-tecnológico das capacitações e potencialidades existentes nos países sul-americanos, fomenta-se a competitividade junto ao mercado externo, propõe-se a adoção de instrumentos que incentivem o fortalecimento de parcerias no âmbito da UNASUL. Tais parceiras, visam atingir não apenas a

complementariedade dos recursos existentes, mas também, minimizar as decorrências dos custos de pesquisa e desenvolvimento e de produção, a partir do fortalecimento das trocas comerciais com ênfase para os PRODE.

Nesse sentido, da maximização de complementariedade entre os países sul-americanos, Moreira (2011, p.139) aponta para a redução do *gap* científico-tecnológico. Tais parcerias permitirão reduzir gradualmente, a premente necessidade de aquisição externa de produtos e serviços, com aumento do índice de nacionalização dos sobressalentes utilizados em seus PRODE.

O termo complementariedade, também pode ser aplicado em outros setores, tais como, no campo militar. A formação e a capacitação militar, utilizando-se de intercâmbios entre as FFAA sul-americanas e exercícios conjuntos, têm obtidos ganhos substanciais para o aperfeiçoamento e absorção de procedimentos comuns no contexto regional.

Os exercícios e adestramentos conjuntos são uma boa maneira de marcar a presença e estreitar laços de amizade entre países, e uma forma eficaz de combater problemas transnacionais comuns, conforme menciona o Chile (2015) da importância do acordo firmado entre as Marinhas do Chile e da Argentina, que se comprometem de forma integrada e alternada a realizarem patrulha naval combinada, com intuito de manter uma navegação segura, a salvaguarda da vida humana no mar e prevenção da poluição no mar na zona sul do continente americano.

O pensamento de Araújo (2014) traz a sugestão de criar no contexto da América do Sul uma Força Multinacional para fortalecer a confiança-mútua e realizar treinamentos especializados e adestramentos conjuntos, desempenho de missões de paz sob a égide da ONU e resguardar os recursos naturais. Essa aproximação conjunta favorece a interoperabilidade e permite a troca de informações de interesse comum.

Dessa forma, Saint-Pierre (2014) estimula o preparo dessa força militar na região, que atuando de forma conjunta, dar-se-á lugar a uma dissuasão cooperativa e transparente (maior

confiança), dando ideia de que os países sul-americanos estão integrados e com expressão militar considerável, dissolvendo qualquer iniciativa adversa contra os interesses regionais.

Para possibilitar uma eficaz ajuda humanitária e desastres naturais no contexto regional, é importante ter uma força militar multinacional equipada, adequada e treinada, para possibilitar uma rápida resposta. Segundo Amorim (2014), é intenção do Brasil se juntar gradualmente, à Argentina e ao Chile, na Força Combinada *Cruz del Sur*. Nesse sentido, o Brasil destinou, inicialmente, um grupo de militares para acompanhar as atividades do Estado-Maior Conjunto Combinado. Em um segundo passo, a possibilidade de integrar à *Cruz del Sur*, com uma companhia de infantaria.

Além das potencialidades advindas da integração sul-americana em todas as expressões do poder nacional, neste trabalho foi dada ênfase para os campos militar e científico-tecnológico, é de fácil percepção que tais campos, atuando de forma coesa e integrada, visam a cooperação e o desenvolvimento socioeconômico, que por si só, já pode ser considerada pelos sul-americanos, como uma dissuasão estratégica.

Em suma, o Quadro-Resumo citado no Apêndice, sintetiza as influências da UNASUL no Brasil e vice-versa, para a complementariedade nos campos militar e científico-tecnológico.

5 CONCLUSÃO

O processo de integração sul-americano já há muito experimentou algumas formas de coesão regional, sem grandes resultados. Fazem-se necessárias transformações e alinhamentos de toda ordem, sejam elas: política, econômica, social, infraestrutura e energética, que no futuro, permitirá um maior grau de integração. Não menos importante, também é fundamental haver a vontade dos países envolvidos em cooperar e, ao mesmo tempo, ceder por ocasião dos impasses conflitantes, e do respeito à soberania e confiança mútua.

Os principais desafios à integração regional estão baseados no fortalecimento das políticas públicas regionais, na efetiva participação dos países em matéria de cooperação, de segurança e defesa, e em especial, na redução da pobreza e do hiato tecnológico.

Para o fortalecimento de cada país sul-americano e a obtenção do objetivo integrador, é necessário identificar as carências e dificuldades, e conduzir trabalhos que levem à efetiva redução de desigualdades, em que a população sul-americana seja a beneficiada.

A integração exigirá uma liderança coletiva que envolva todos os países da região e, em particular, aqueles que valorizam um ambiente regional de paz e estabilidade política. Para promover a integração, os países sul-americanos devem procurar olhar para dentro, procurando identificar suas potencialidades e limitações.

Para afastar de uma vez, a possibilidade de subdivisão no CRS da América do Sul em dois subcomplexos regionais (Cone Sul e Andino), tornar-se-á fundamental a consolidação do Brasil como líder regional, aproveitando-se da sua política externa pacifista (*soft power*), de seus potenciais e recursos naturais e econômicos, no sentido de fortalecer a região sul-americana.

A criação da UNASUL, contou com a iniciativa do Brasil, mencionando também os blocos econômicos regionais (CAN e MERCOSUL) que, de certa forma, também foram basilares na formação dessa organização internacional. Cabe salientar a importância dessa

complementação, entre os países dos blocos econômicos (CAN e MERCOSUL) e demais países sul-americanos, pode contribuir decisivamente para a manutenção da paz e estabilidade política em prol da integração da América do Sul.

A UNASUL e seus Conselhos Consultivos, apesar do pouco tempo de criação, tem começado a alcançar seus objetivos institucionais. O processo de integração é cíclico e necessita de constante aperfeiçoamento, no sentido de buscar melhores resultados em cooperação, integração e desenvolvimento socioeconômico das sociedades sul-americanas.

A importância do CDS para integração sul-americana é indiscutível e está sendo construída sob diversas formas: na realização de exercícios combinados; no desenvolvimento de PRODE, sob a complementaridade entre os países sul-americanos; no potencial da logística integrada regional; e no fortalecimento do vínculo civil-militar com comprometimento para a sociedade, em especial para assuntos de defesa da América do Sul.

Dos estudos realizados, não vislumbram-se óbices nas trocas comerciais bilaterais de países sul-americanos com as duas potências mundiais (EUA e China), o fundamental é a prosperidade e desenvolvimento de cada país da UNASUL. O Brasil afirma que não tem como concorrer com as potências citadas, sendo propício estabelecer acordos de cooperação, buscando se alinhar a elas.

A sustentação do desenvolvimento nacional, em todos os setores da sociedade, está fundamentada no desenvolvimento de defesa, por meio da obtenção, manutenção e na transmissão dos conhecimentos ao longo do tempo, que só é factível no Brasil, por meio das universidades e institutos militares de ensino, bem como, dos institutos científicos-tecnológicos das FFAA. Para se ter uma visão de futuro em desenvolvimento nacional, far-se-á necessário não descuidar da dotação orçamentária, dos incentivos a programas de P&D e da manutenção do bem intelectual.

Após a criação do MD e da formulação da PND, o Brasil por meio dos campos militar

e científico-tecnológico, vem avançando na consecução de seus objetivos, tanto na participação em missões militares no País e no exterior, quanto na projeção dos seus PRODE com expressiva tecnologia embarcada e uso dual, permitindo uma alavancagem no desenvolvimento nacional, de seu poder de dissuasão e na cooperação com seu entorno estratégico.

A iniciativa dos países sul-americanos, em buscar por intercâmbios militares entre as FFAA, aproveitar-se dos recursos naturais existentes e das tecnologias desenvolvidas em cada País e no contexto regional, contribuem para que gradualmente, seja minimizada a defasagem tecnológica de seus produtos militares, por conseguinte, das assimetrias regionais.

Além dos benefícios provenientes da integração sul-americana em todas as expressões do poder nacional, onde neste trabalho foi dado ênfase aos campos militar (formação e capacitação, intercâmbios e exercícios conjuntos, troca de informações, missões de paz e estabelecimento de Força de Paz Multinacional) e científico-tecnológico (pesquisa e desenvolvimento, parcerias em PRODE e fomento da BID sul-americana), é de fácil percepção que tais expressões atuando em “complementariedade”, e de forma “integrada”, visam a cooperação e o desenvolvimento socioeconômico, que por si, já pode ser considerada pelos países sul-americanos, como uma grande dissuasão estratégica.

Por fim, apesar do pouco tempo de criação da UNASUL e das dificuldades econômicas que a maioria dos países sul-americanos está enfrentando, em especial o próprio gigante da América do Sul, o Brasil, pode-se identificar as influências da UNASUL na PND e “vice-versa”, com ramificação para as expressões do poder nacional, em que os campos político, psicossocial e econômico, na visão deste autor, são basilares para consecução dos dois restantes, militar e científico-tecnológico que, por sua vez, permitirão resguardar o desenvolvimento socioeconômico sul-americano.

REFERÊNCIAS

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves Tanaka. **UNASUL: estrutura e objetivos**. Rio de Janeiro: III Curso Avançado de Defesa/ESG, Módulo de ensino, 2014.

ALMEIDA, Perpétua. **Os projetos estratégicos das Forças Armadas: contribuição ao desenvolvimento nacional**. Brasília: Curso Superior de Defesa/CREDEN-Congresso Nacional, Módulo de ensino, 2015.

AMORIM, Celso. **Grande estratégia e Poder Naval em um mundo em fluxo**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.19, n.2, dez. 2013.

_____. **Desafios e oportunidades para a Defesa no entorno estratégico brasileiro**. Brasília: 1ª Jornada Estratégica da Chefia de Assuntos Estratégicos do EMCFA, 2014.

_____. **Brasil participará junto a Chile y Argentina en la Fuerza de Paz Combinada Cruz del Sur**. Disponível em: < <http://mundo.sputniknews.com/mundo/20140829/161544325.html>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

ARAÚJO, Victor Picagua. **Desafios de los Mecanismos de Integracion Sur Americana em el Area de Defensa**. Rio de Janeiro: III Curso Avançado de Defesa/ESG, Módulo de ensino, 2014.

ARCE, Lucas. **Riscos e oportunidades da integração produtiva sul-americana: um olhar a partir dos países pequenos**. Publicação Perspectivas para a Integração da América Latina. 1.ed. Brasília: IPEA: CAF, 326p., 2014.

ARGENTINA. **Ministerio de Defensa: misiones de la Paz**. Disponível em: < http://mindef.gov.ar/mindef_mision_de_paz/index.html#mp07>. Acesso em: 2 jul. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA. ABIMDE. **Ações para fomentar a Base Industrial de Defesa Sul-americana**. Rio de Janeiro: III Curso Avançado de Defesa/ESG, Módulo de ensino, 2014.

BALASSA, B. **The Theory of Economic Integration (Routledge Revivals)**. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=mUmRLOFDW5EC&printsec=frontcer&dq=the+theory+of+economic+integration+balassa&hl=ptBR&sa=X&ei=e5LkUa7UIcnj4AOLoCwA&ved=0CDEQ6AEwAA>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos**. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, n.50, jul/dez. 2008.

BARBOSA, Sergio Ricardo Segovia. **La UNASUR y el CDS: propósitos e Planes de Acción**. Rio de Janeiro: III Curso Avançado de Defesa/ESG, Módulo de ensino, 2014.

BARNETT, Thomas P. M. **The Pentagon's New Map: War and Peace in the Twenty-first century**. New York, Editora G. P. Putnam's, 2004.

BATTAGLINO, Jorge. **Política de Defesa Argentina**. Buenos Aires: Curso de Política e Estratégia Marítimas/EGN, Módulo de ensino, 2015.

BERTONHA, João Fábio. **Geopolítica, Defesa e Desenvolvimento: a primeira década do século XXI na América Latina e no mundo**. 1.ed. Maringá: Eduem, 328p., 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 674 p.,1998.

BRASIL. Centro Tecnológico do Exército. **Projetos**. Disponível em: < <http://ctex.eb.br/index.php/pesquisa-e-desenvolvimentonossa-atividade-fim/projetos>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Decreto nº 7.377. **Acordo-quadro sobre complementação energética regional entre os estados partes do MERCOSUL e Estados associados, 2010**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7377.htm>. Acesso em: 10 mai. 2015.

_____. Escola Superior de Guerra. **Manual básico: elementos fundamentais**. Volume I. Rio de Janeiro, 2013. v. 1. Disponível em: < <http://www.esg.br/images/manuais/ManualBasicoI2014.pdf> >. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**. 1 ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

_____. **Glossário das Forças Armadas**. 4 ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2007.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 1 ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

_____. **Política Nacional de Defesa**. 1 ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **União das Nações Sul-Americanas – Dados gerais**. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=688:uniao-de-nacoes-sul-almericanas&catid=144:chamada-1&Itemid=434&lang=pt-br. Acesso em: 10 mar. 2015a.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Departamento do Mercosul – Dados gerais**. Disponível em: < <http://www.mercosul.gov.br/index.php/saiba-mais-sobre-o-mercopol> />. Acesso em: 8 mai. 2015b.

_____. Ministério da Educação. **União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)**. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20741:uniao-de-nacoes-sul-americanas-unasul&catid=480&Itemid=164>. Acesso em: 18 mai. 2015c.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Reunião Extraordinária das Chefas e Chefes de Estado e Governo da UNASUL: compromisso contra a desigualdade**. Disponível em: < http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2699&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280 >. Acesso em: 10 jun. 2015d.

_____. **Tratado Constitutivo da UNASUL**. 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7667.htm >. Acesso: em 10 mar. 2015e.

BRICK, Eduardo Siqueira. **O planejamento da Defesa para um futuro incerto**. Revista do Clube Naval, Rio de Janeiro, n.371, jul/ago/set. 2014. Disponível em: < <https://www.clubena-val.org.br/Informativos/LerInformativos.php?Id=208> >. Acesso em: 10 jun. 2015a.

_____. Eduardo Siqueira. **As Forças Armadas e a Base Logística de Defesa**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.134, n.01/03, jan./mar. 2014.

_____. Eduardo Siqueira. **BID e sua relevância para a Defesa Nacional no contexto sul-americano**. Rio de Janeiro: 1º Seminário de Estudos Estratégicos/ESG, 24 jun. 2015b.

BUTTIGNOL, Thomaz. **Teorias da Integração Regional**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://buttignol.blogspot.com.br/2006/11/teorias-de-integracao-regional.html>. Acesso em: 8 jun. 2015.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CALAZANS, Nathália Thaisa. **As iniciativas de cooperação militar no Cone Sul**. Porto Alegre/RS, 20 jun. 2012.

CAN. **Comunidade Andina**. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

CANCINO, Adriana R. Cadena. **A integração no contexto da UNASUL: problemas e alternativas para superar as dificuldades e alcançar a integração produtiva**. Publicação Perspectivas para a Integração da América Latina. 1.ed. Brasília: IPEA: CAF, 326p., 2014.

CANDOTTI, Raphael. **Os desafios para a Integração Sul-americana: autonomia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2014.

CARVALHO, Glauber Cardoso. **A integração sul-americana: cooperação, redes e produção do conhecimento**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2014.

CEED. **Registro Sul-Americano de Gastos Agregados em Defesa (2006-2010)**. 1. ed. Buenos Aires: Bardelás, Fontana & Oteiza Desenho, 2014.

CHILE. Armada do Chile. **Remolcador “LAUTARO” assume período “B” em la Patrulla Antártica Naval Combina**. Disponível em: <<http://www.armada.cl/armada/noticias-navales/remolcador-lautaro-asume-periodo-b-en-la-patrulla-antartica-naval-combinada/> 2014-01-06/110022.html>. Acesso em: 02 jul.2015.

CHINA. **China's Military Strategy**. Beijing, 2015. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2015-05/26/content_20820628.htm>. Acesso em: 27 mai. 2015.

DAUSTER, Jorio. **A questão nuclear do Irã**. Rio de Janeiro: Curso de Política e Estratégia Marítimas/EGN, Módulo de ensino, 2015.

DELGADO, Luiz Carlos. **Áreas de atuação e principais projetos do IPqM**. Rio de Janeiro, Curso de Política e Estratégia Marítimas, EGN, Módulo de ensino, 18 jun. 2015.

DEUTSCH, Karl W. **Nationalism and Its Alternatives**. Disponível em: < https://isistatic.org/journalarchive/pr/02_01/pfaltzgraff.pdf >. Acesso em: 02 jun.2015a.

_____. **Political Community and the North Atlantic Area — International Organization in the Light of Historical Experience**. Disponível em: < http://www.lsu.edu/faculty/lray2/teaching/7971_1s2009/deutsch1957.pdf >. Acesso em: 12 jun.2015b.

DORFLER, Mauricio. **El Tratado de Cooperación Amazónica: estrutura organizacional, el mecanismo de cooperación y avances**. Rio de Janeiro: III Curso Avançado de Defesa/ESG, Módulo de ensino, 2014.

DUNFORD, Joseph F. **Uma Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo do Século XXI**. Washington, mar. 2015.

EUA. **Uma Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo do Século XXI**. Washington, mar. 2015.

FLOREZ, César Andrés Restrepo. **Consejo de Defensa Suramericano**. Rio de Janeiro: III Curso Avançado de Defesa/ESG, Módulo de ensino, 2014.

FORTI, Alfredo W. **Proyecto Geopolítico Suramericano**. Rio de Janeiro: III Curso Avançado de Defesa/ESG, Módulo de ensino, 2014.

_____. **El papel de la Defensa en una Estrategia Suramericana para el Aprovechamiento de los Recursos Naturales**. Conferência Sul-Americana, Caracas, 29 mai. 2013.

FREUND, Julien. **Sociología del conflicto**. Madrid: Ediciones Ejército, p. 58, 1995.

GARCIA, Marco Aurélio. **O Brasil entre o passado e futuro**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Boitempo Editorial, 2010.

GÓES, Guilherme Sandoval. **Por onde andar a “Grande Estratégia” Brasileira?** Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, n.50, jul/dez. 2008.

GOMES, Gabriel Jamur. **O processo de integração sul-americana a partir da Comunidade Sul-Americana de Nações**. Disponível em: <<https://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/direito/article/viewFile/7009/4986>>. Acesso em: 2 jun 2015.

GONÇALVES, Alcindo. **O que é governança**. Disponível em: <<http://conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/078.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2015a.

GONÇALVES, Williams. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro, Curso de Política e Estratégia Marítimas, EGN, Módulo de ensino, 12 mar. 2015b.

GONÇALVES, Reinaldo. **Integração sul-americana, geopolítica e multipolaridade**. Rio de Janeiro, Curso Superior de Defesa, ESG, Módulo de ensino, 1 jul. 2015c.

GOULART, Mayra. **Comunidade Andina das Nações: perspectivas, desafios e estratégias para a integração regional**. Rio de Janeiro: III Curso Avançado de Defesa/ESG, Módulo de ensino, 2014.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.

IIRSA. **Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana**. Disponível em: < <http://www.iirsa.org/> >. Acesso em: 28 mai. 2015.

ISAGS. **Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde**. Disponível em: < <http://www.isags-unasur.org/unasul.php?lg=1> >. Acesso em: 13 jun. 2015.

JANNUZZI, Miguel Luiz Kothe. **O CDS e o CEED: Atividades dos Planos de Ação 2015**. Buenos Aires: Curso de Política e Estratégia Marítimas/EGN, Módulo de ensino, 2015.

JIMÉNEZ, Ana Victoria Suárez. **La Industria de la Defensa y Seguridad en América Latina 2014-2015**. Informe de la Industria, Defensa y Seguridad, Madrid, mai. 2015.

KINGE, James. **Paulson, a China e o poder americano**. Disponível em: < http://www.valor.com.br/impresir/noticia_impresir/4040404 >. Acesso em: 3 jun. 2015.

LINO, Geraldo Luís. **Argentina e Brasil: perspectivas diferentes na exploração espacial**. Rio de Janeiro, 11 mar. 2015. Disponível em: < <http://www.alerta.inf.br/argentina-e-brasil-perspectivas-diferentes-na-exploracao-espacial/> >. Acesso em: 3 jun. 2015.

LONGO, Waldimir Pirró. **Tecnologia Militar: conceituação, importância e cerceamento**. Revista Tensões Mundiais, Fortaleza/CE, vol. 3, n. 5, 2007.

MALAMUD, Carlos. **La crisis de la integración se juega en casa**. Revista Nueva Sociedad n 219, enero-febrero de 2009. Disponível em: < <http://www.nuso.org> >. Acesso em: 2 jun. 2015.

MATOS, Sérgio Ricardo Reis. **Segurança e desenvolvimento nas políticas de defesa dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica**. Boletim Meridiano 47, Brasília, v.15, n.144, jul/ago. 2014.

MATTOS, Carlos de Meira. **Brasil, geopolítica e destino**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, José Olympio, 1975.

MATTIOLI, Aderico Visconte Pardi. **A política nacional de CTI de defesa**. Rio de Janeiro: Curso Superior de Defesa/EGN, Módulo de ensino, 2015.

MELLO, Valérie de Campos. **Globalização, regionalismo e ordem internacional**. Revista Brasileira de Política Internacional. v. 42, n. 1, p. 1-15. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 2 mar. 2015.

MEJÍA, María Emma. **Unasul cria conselho para enfrentar crise internacional.** Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/161035-7>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

MOREIRA, William de Sousa. **Obtenção de produtos de defesa no Brasil: O desafio da transferência de tecnologia.** Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.17 n. 1 p. 1-172, jan/jun 2011.

NOGUEIRA, Joana Laura Marinho. **Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana - IIRSA.** Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagdb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20080416132121.pdf?PHPSESSID=1b27fadf658ea68c59f88271d520ce2b>. Acesso em: 19 mai. 2015.

NYE, Joseph S. Jr. **Soft Power: The Means to Success in World Politics.** Editora Public Affairs, 2004.

_____. **Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História.** Editora Gradiva, 2011.

OEI. **Reunião de Presidentes da América do Sul.** Disponível em: <<http://www.oei.es/oeivirt/cimeira0.htm>>. Acesso em: 7 jun. 2015.

OTCA. **Organização do Tratado para Cooperação Amazônica.** Disponível em: <<http://otca.info/portal/a-otca.php?p=otca>>. Acesso em: 8 mai. 2015.

PADULA, Raphael. **Desenvolvimento, industrialização, recursos naturais e arquitetura financeira.** Publicação Os desafios para a Integração Sul-americana: autonomia e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2014.

PESCE, Eduardo Italo. **Posicionamento Geoestratégico do Brasil na América do Sul: uma reflexão realista.** Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.131, n.10/12, out/dez. 2011.

PEÑA, Félix. **La integración del espacio sudamericano** ¿La Unasur y el Mercosur pueden complementarse? Revista Nueva Sociedad n 219, enero-febrero de 2009. Disponível em: <<http://www.nuso.org>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

RAMALHO, Antonio Jorge. **A situação da Segurança na América do Sul e suas implicações para a Defesa.** Rio de Janeiro: Seminário de Defesa Nacional/ESG, 24 jun. 2015.

REIS, Reginaldo Gomes Garcia. **Geopolítica, Defesa e Desenvolvimento: a primeira década do século XXI na América Latina e no mundo.** Prefácio. 1.ed. Maringá: Eduem, 328p., 2011.

_____. **Atlântico Sul e Amazônia Azul: um desafio geopolítico para a sociedade brasileira?** Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.134, n.04/06, abr./jun. 2014.

RIPPEL, Márcio Pereira. **O Plano Colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas consequências.** Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/ensaioCcRippel.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

ROSSATO, Nivaldo Luiz. **A Força Aérea Brasileira**. Rio de Janeiro: Curso Superior de Defesa/EGN, Módulo de ensino, 2015.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 20. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Du Contrat Social ou Principes du droit politique**. Revisão: Jean-Marie Tremblay, 2002. Disponível em: < http://classiques.uqac.ca/classiques/Rousseau_jj/contrat_social/Contrat_social.pdf >. Acesso em: 2 jun. 2015.

RUIVO, Humberto Moraes. **Plano de Desenvolvimento da CTI da MB**. Rio de Janeiro: 1º Seminário do CEPE/EGN, 25 mar. 2015.

SÁ, Carlos Minelli. **Programa Estratégico de Sistemas Espaciais – PESE**. Rio de Janeiro: Curso Superior de Defesa/EGN, Módulo de ensino, 5 mai. 2015.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **TEORIA DE UNA CONCEPCIÓN ESTRATÉGICA PARA AMÉRICA DEL SUR**. Rio de Janeiro: III Curso Avançado de Defesa/ESG, Módulo de ensino, 2014.

SANTORO, Alberto. **La colaboración científica internacional como parte de la estrategia de desarrollo**. Publicación de la Secretaría General de la UNASUR, Quito, ago. 2014.

SANTOS, Sérgio Roberto Fernandes. **A Ciência, Tecnologia e Inovação na Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: Curso de Política e Estratégia Marítimas/EGN, Módulo de ensino, 18 jun. 2015a.

SANTOS, Ney Zanella. **AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA**. Rio de Janeiro: Curso de Política e Estratégia Marítimas/EGN, Módulo de ensino, 26 mai. 2015b.

SARKIS, Miguel Ortiz. **Desafios de los Mecanismos de Integración Sur Americana em el Area de Defensa**. Rio de Janeiro: III Curso Avançado de Defesa/ESG, Módulo de ensino, 2014.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Política de defesa e segurança, Brasil século XXI: um esforço de atualização**. Rio de Janeiro: III Curso Avançado de Defesa/ESG, Módulo de ensino, 2014.

SILVA, Roberto Gama. **Tsunami Verde-Amarelo: uma visão nacionalista**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.133, n.01/03, jan/mar. 2013.

SILVA, Ozires. **Liderança Estratégica**. Rio de Janeiro: Curso Superior de Defesa/ESG, Módulo de ensino, 1 jul. 2015.

SILVEIRA, Fernando Malburg. **O mar da China meridional: palco de um futuro conflito naval?** Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.131, n.10/12, out/dez. 2011.

SOARES, Rodrigo de Lima Baena. **A política externa brasileira: sua atuação no contexto da defesa sul-americana**. Rio de Janeiro: Seminário de Defesa Nacional/ESG, 18 mai. 2015.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Doutrina Monroe**. Disponível em: < <http://www.mundoeducacao.com/historia-america/doutrina-monroe.htm>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

SPEKTOR, Matias. **O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979)**. Revista Brasileira de Política Internacional, n. 45, v. 1, p. 117-145, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a05v45n1.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

TAIANA, Jorge E. **Organismos Internacionales: Iniciativas de Cooperación Continental**. Rio de Janeiro: III Curso Avançado de Defesa/ESG, Módulo de ensino, 2014.

TRINKUNAS, Harold. **Brazil's Global Ambitions**. Disponível em: <<http://www.americasquarterly.org/content/brazils-global-ambitions/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

VASCONCELLOS, Carlos Antonio Raposo. **A END e o LBDN**. Rio de Janeiro: Curso Superior de Defesa/ESG, 18 mai. 2015.

VELASCO, Paulo Afonso. **A IIRSA e o COSIPLAN – bases para a integração da infraestrutura regional**. Rio de Janeiro: III Curso Avançado de Defesa/ESG, Módulo de ensino. 2014.

VERA, Ricardo Gárate. **Geopolítica regional de los recursos naturales: ¿ el agua fuente de vida o conflicto?** Revista da Escola Superior de Guerra da República da Colômbia, Bogotá, v.8, n.01, Ed. 15, 15 jun. 2013.

VILLARUEL, Verónica. **Ecuador denuncia al TIAR y promueve nuevos mecanismos de cooperación en seguridad**. Revista do Ministério de Relações Exteriores e Mobilidade Humana do Equador, Quito, n.06, fev. 2014.

VILLAN, José Luis. **Desafios de los Mecanismos de Integración Sur Americana em el Area de Defensa**. Rio de Janeiro: III Curso Avançado de Defesa/ESG, Módulo de ensino, 2014.

WAGNER, Jaques. **Inovações em prol da defesa e do desenvolvimento do Brasil**. In: Aula Magna do Curso Superior de Defesa da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: Ministério da Defesa, 02 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/15116-ministro-jaques-wagner-profere-aula-magna-para-alunos-do-curso-superior-de-defesa-da-esg>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

APÊNDICE

Quadro-Resumo das complementariedades nos campos militar e científico-tecnológico entre a UNASUL e o Brasil

	MILITAR	CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO
UNASUL	<u>Formação e capacitação</u> ➤ Escolas militares ➤ Institutos Militares ➤ Centros Estudos Estratégicos ➤ Universidades civis <u>Preparo</u> ➤ Centros de Treinamento de Operações de Paz <u>Emprego</u> ➤ Força Multinacional de Paz (Ajuda Humanitária e Desastres Naturais) ➤ Companhia de Engenharia Multinacional ➤ Exercícios Combinados	<u>Capacitação das ICT</u> ➤ Áreas de conhecimento - pesquisas nucleares, aeroespacial, guerra eletrônica, sistemas de armas, sistemas digitais, controle e automação, nanotecnologia, materiais compostos, sistemas inerciais, algoritmos e sistemas aplicáveis à segurança da informação, acústica submarina, biotecnologia marinha, ciência ambiental, ecologia marinha, engenharia oceânica e submarina, oceanografia química, biológica, informações ambientais, meteorologia marítima, cartografia náutica, observações oceanográficas, normalização, metrologia, certificação e propriedade intelectual. ➤ PRODE – Reator nuclear multipropósito, satélites de observação e comunicação, veículo lançador de satélite, aeronaves de treinamento, VANT, navio-patrolha, lancha-patrolha fluvial, manutenção e modernização da oficina de aeronaves de treinamento e ataque. <u>Institutos de P&D e de Teste e avaliação</u> <u>Estaleiros Navais</u> <u>EED</u>
Brasil	<u>Formação e capacitação</u> ➤ Escolas militares ➤ Institutos Militares ➤ Centros Estudos militares ➤ Universidades civis <u>Preparo</u> ➤ Centros Conjunto de Operações de Paz	<u>Capacitação das ICT</u> ➤ Áreas de conhecimento – pesquisas nucleares, aeroespacial, cibernética, guerra eletrônica, sistemas de armas, sistemas digitais, controle e automação, ergonomia, metrologia e qualidade, nanotecnologia, materiais compostos, sistemas inerciais, algoritmos e sistemas aplicáveis à segurança da informação, criptologia, sistemas de informação para apoio administrativo, acústica submarina, biotecnologia marinha, ciência ambiental, ecologia marinha, engenharia oceânica e submarina, oceanografia química, biológica, informações ambientais, meteorologia marítima, cartografia náutica, observações oceanográficas, pesquisas biomédicas, normalização, metrologia, certificação e propriedade intelectual. ➤ PRODE – Desenvolvimento nuclear, navios, submarinos, carros de combate, viaturas blindadas, viaturas leves aerotransportáveis, veículo lançador de satélite, foguetes de sondagem, propelentes líquidos e combustão supersônica,

	<u>Emprego</u> ➤ Exercícios Combinados <u>Inteligência</u> ➤ Sistema de Inteligência de Defesa <u>Comando e Controle</u> ➤ Monitoramento e controle do Tráfego Marítimo e do espaço aéreo	aeronaves, simuladores de helicópteros, VANT, sistemas de armas, radar aéreo e de navegação, míssil SS; morteiro leve, foguete AS, torre remota e estabilizada para canhão, reparo de metralhadora automatizado, munições, armas e munições não-letais, monóculo de visão noturna, sistemas de comando, controle, comunicações e navegação, rádio definido por software e curativo biológico. <u>Institutos de P&D e de Teste e avaliação</u> <u>Bases Navais</u> <u>EED</u>
--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa efetuada neste trabalho.